

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

LUIZ FELIFE BARROS SILVA

**A inseparável relação da autorreprodução destrutiva do capital e a devastação
ambiental**

Maceió

2018

LUIZ FELIPE BARROS SILVA

A inseparável relação da autorreprodução destrutiva do capital e a devastação ambiental

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Maceió
2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

S586i Silva, Luiz Felipe Barros.

A inseparável relação da autorreprodução destrutiva do capital e a
devastação ambiental / Luiz Felipe Barros Silva. – 2018.
83 f.

Orientadora: Maria Cristina Soares Paniago.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de
Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social. Maceió, 2018.

Bibliografia: f. 80-83.

1. Capitalismo. 2. Meio ambiente. 3. Marxismo. 4. Capitalismo – Crítica e
interpretação. 5. Degradação ambiental. I. Título.

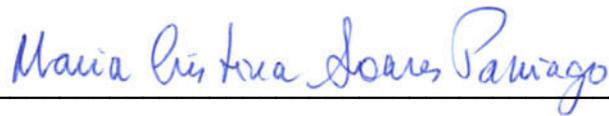
CDU: 364.25

Folha de aprovação

AUTOR: LUIZ FELIPE BARROS SILVA

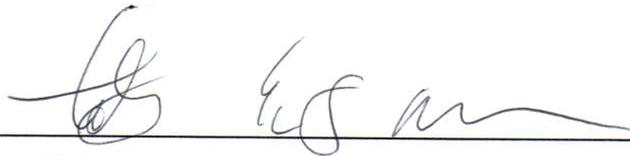
A inseparável relação da autorreprodução destrutiva do capital e a devastação ambiental / Dissertação de mestrado em Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas,

Dissertação submetida ao corpo docente do programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, em 03 de outubro de 2018.



Prof.^a Dr^a Maria Cristina Soares Paniago, FSSO/PPGSS - UFAL (Orientadora)

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Talvanes Eugenio Maceno, UFAL – Arapiraca (Examinador Externo)



Prof. Dr. Sergio Lessa FSSO/PPGSS - UFAL (Examinador Interno)

*À Moema e sua alegria de criança,
meu mais precioso alento.*

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste processo não teria sido possível sem as contribuições de pessoas que comigo estiveram, ombro-a-ombro, nesta trajetória, agradeço-os de todo o coração:

A minha família, pelo apoio integral que deram às difíceis decisões que nos colocam na vida acadêmica.

A minha orientadora professora Cristina Paniago, pelos anos partilhando seu acúmulo teórico, experiência profissional e a esperança por um futuro longe das amarras que o sistema do capital nos inflige.

A Thayná, minha companheira, pelo carinho, amor e força mesmo nos momentos mais difíceis, nos quais afloram nossos sentimentos mais tristonhos.

Aos amigos que deram contribuições teóricas diretas com inúmeras conversas e também indiretas com valiosos momentos lúdicos: Iago, Uelber, Vini e muitos outros.

Aos membros que passaram pelo grupo de pesquisa *Lúkacs e Mészáros: fundamentos ontológicos da sociabilidade burguesa*: Rafa, Fernanda, Renata, Iole, Day, Liana, Edivânia, Elida, Yessenia, pelas riquíssimas discussões, partilhando ideias e inquietações, momentos coletivos tão imprescindíveis para a nossa formação.

Às valiosíssimas contribuições dos professores da banca de qualificação da dissertação, Sergio Lessa e Talvanes Maceno, seus olhares foram fundamentais para tornar mais coesa a configuração da vastidão de ideias resultantes da pesquisa.

A CAPES/CNPq pelo incentivo realizado com o financiamento da pesquisa acadêmica.

*As colunas da injustiça
sei que só vão desabar
quando o meu povo, sabendo
que existe, souber achar
dentro da vida o caminho
que leva à libertação.
Vai tardar, mas saberá
que esse caminho começa
na dor que acende uma estrela
no centro da servidão.
De quem já sabe, o dever
(luz repartida) é dizer.
Quando a verdade for flama
nos olhos da multidão,
o que em nós hoje é palavra
no povo vai ser ação.
(Thiago de Mello)*

RESUMO

A presente dissertação discute a problemática ambiental sob o ponto de vista da teoria social de Karl Marx, através da interpretação de István Mészáros acerca dos desenvolvimentos mais recentes do sistema do capital. Demonstramos os limites da visão de mundo “ecocentrista” (Foladori), destacando sua divergência fundamental de pressupostos com a teoria marxiana, fortalecendo o apanhado histórico realizado subsequentemente acerca do significado das políticas ambientais para o sistema do capital, das primeiras manifestações de proteções ambientais ainda no fim do século XIX às medidas realizadas nas últimas cinco décadas de crise estrutural do capital. Podemos observar na sequência o que é o capital, procurando entendê-lo como relação social, em primeiro lugar, desvendando suas leis mais íntimas que o marcam desde seu aparecimento na história humana, e em segundo lugar para explicar seu espraiamento pelo mundo assumindo-se um poder onipotente do atual sistema social, tendo o Estado como um complemento necessário para sua reprodução. Desse modo, veremos que o sistema do capital se opõe às necessidades humanas mais elementares no que concerne à conservação da natureza, sobretudo quando adentra seu estágio inflexivo mais recente: a sua crise estrutural revela que este sistema de produção só pode se reproduzir no atual momento histórico tendo como pano de fundo a inseparável relação entre sua autorreprodução e a devastação do meio ambiente.

Palavras-chave: Capitalismo e meio ambiente. Marxismo e ecologia. Crítica do capitalismo

ABSTRACT

This dissertation discusses the environmental problematic, under point of view from social theory of Karl Marx, through the interpretation of István Mészáros about the most recent developments of capital system. We show the limits of vision “ecocenters” (Foladori), highlighting the fundamental divergence of premises with the marxian theory, strengthening the historical summary realized subsequently about the means of environmental policies to capital system, from first manifestations of environmental protections, in the late of XIX century, to the measures realized in the last five decades of structural crisis of capital. We can see in sequence what is capital, searching to understand it as a social relation, first, uncovering its innermost laws that marks it since appearance, and second, to explain its spreading over the world, assumed as a omnipotent power of current social system, with the state as a necessary complemente for its reproduction. Thereby, we will see the capital system opposes to most elementary human needs about nature conservation, mainly when get in its most recent inflexive stage: its structural crisis reveals this system of production only can reproduce itself in the present historical moment with the background of an inseparable relation between its own reproduction and the environmental devastation.

Keywords: Capitalism and environment. Marxism and ecology. Critique of capitalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O EQUACIONAMENTO DO PROBLEMA DA DESTRUIÇÃO AMBIENTAL	12
2.1 O pensamento ambientalista ecocentrista	12
2.2 O marxismo e a superação prática da destruição ambiental	16
2.3 As proposições burguesas para o problema da destruição ambiental.....	25
3 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL E A INTENSIFICAÇÃO DA DESTRUIÇÃO AMBIENTAL COM A PASSAGEM À AUTORREPRODUÇÃO DESTRUTIVA	38
3.1 O metabolismo da espécie humana com a natureza: o trabalho	38
3.2 As classes sociais, a propriedade privada e o Estado	41
3.3 O capital: do que se trata?	52
3.4 O capitalismo desenvolvido e o Estado	62
3.5 A autorreprodução destrutiva do capital	68
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

1 INTRODUÇÃO

É consensual que se pode falar numa *crise ambiental* (FOLADORI, 2001) ou numa *crise ecológica global* (FOSTER, 1999) no capitalismo, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, quando a amplitude do poder destrutivo e autodestrutivo da humanidade passa a ser mais facilmente percebida, seja pelas destruições oriundas da própria guerra, como a tragédia da bomba atômica lançada pelos EUA em solo japonês, seja pelo acúmulo de degradações advindas a partir da Revolução Industrial e acumuladas desde então.

É necessário falar sobre isto sob o ponto de vista de dois aspectos principais. O primeiro é que a ideia de que a humanidade estaria realizando uma prática produtiva que destrói o meio ambiente natural é uma constatação que pode ser entendida de diferentes modos, de acordo com os pressupostos da análise deste problema social. Neste trabalho abordaremos inicialmente duas concepções: a interpretação ecocentrista (termo utilizado por Foladori), que atribui certa prioridade ao mundo natural e defende que a humanidade deveria orientar-se no sentido de se submeter a ele; e a interpretação do mundo dada pela teoria social de Marx, que tenta partir de uma análise objetiva do mundo material como um todo, ao considerar as particularidades destas distintas esferas de ser, natural e social.

As concepções aqui trabalhadas, a ecocentrista e a marxista, partem de pressupostos inteiramente distintos. Dessa forma, podemos observar o desenvolvimento de proposições burguesas para atenuar a destruição ambiental no interior do capitalismo, utilizando pressupostos ecocentristas para fundamentar suas proposições e ignorando os problemas levantados por Marx e Engels, bem como seu legado histórico.

Isso nos leva ao segundo aspecto em que este estudo se estrutura, a saber: a análise de Marx, Engels e Mészáros nos revela os problemas objetivos do capitalismo e seus limites inerentes ao atendimento das necessidades humanas. Quando falamos em problemas objetivos referimo-nos à própria dinâmica material da realidade, engendrada pelo desenvolvimento histórico dos seres humanos nos últimos séculos.

O capitalismo evoluiu de maneira a expressar de forma cada vez mais abrangente o seu duplo caráter: de aumentar perpetuamente a capacidade produtiva, por um lado, mas depredando os recursos naturais do planeta, por outro. Observemos

que se trata do desenvolvimento objetivo do capital, uma relação entre os seres humanos que assumiu um poder soberano com sua generalização pelo planeta. Não se trata, portanto, do mero florescimento de ideias depredadoras, como se tivessem brotado de uma espécie de espírito maligno, porém de uma necessidade social, resultado do próprio desenrolar histórico humano, do sistema do capital e sua autorreprodução como o modo de produção mais dinâmico já existente.

No fim do século XIX e início do século XX foi aprovada a criação dos primeiros parques nacionais de proteção florestal. Mas, como veremos à frente, tais medidas (as políticas de proteção ambiental) não solucionam o problema da depredação sobre os recursos naturais, e podem, até mesmo, contribuir para a sua intensificação.

Tais medidas serão cada vez mais comuns no sistema do capital, que adentra o século XX realizando transformações sem precedentes na superfície do planeta: a agricultura industrial com pesticidas e fertilizantes sintéticos, a utilização de combustíveis fósseis, a entrada na era do plástico, o pontapé inicial da gigantesca indústria bélica etc. são exemplos das diferentes nuances da destruição ambiental, elaboradas pelo sistema do capital, em busca de sua autoexpansão.

A I Conferência da ONU para o Meio Ambiente, a Conferência de Estocolmo em 1972, como também o emblemático relatório do Clube de Roma, Limites do Crescimento são marcos na história das políticas ambientais.

Segundo Mészáros (2011), é por volta do fim da década de 1960 e início de 1970 que começam a ser sentidos os efeitos da crise estrutural do capital, quando este sistema dá os primeiros sinais de esgotamento de sua capacidade autoexpansiva. É também na década de 1970 que o Limites do Crescimento revela para as pessoas a face global dos problemas ambientais.

Nas décadas que se seguem à referida conferência, a questão ambiental começa a ganhar novos contornos com a forma particular do desenvolvimento do capital da década de 1970 até os dias de hoje – o prolongar de uma crise permanente que apenas se agrava com o passar do tempo, minando o mundo natural de maneira mais acelerada, porquanto persegue sua autovalorização no novo contexto de crise estrutural do sistema.

O relatório Brundtland, escrito em 1987 pela equipe da primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, é um segundo ponto histórico que expressa de forma bastante eficaz o desenvolvimento objetivo do capital em crise estrutural,

revelando uma necessidade exacerbada, por parte dos capitalistas, de forjar um consenso em torno da percepção da crescente destruição do mundo natural, cada vez maior com a evolução da crise estrutural.

Estas conferências, apesar de consideradas símbolos globais de preocupação com o meio ambiente, aprovaram resoluções que não se mostraram aplicáveis em curto, médio ou longo prazo – algo mais ou menos admitido pelas próprias conferências subsequentes, ocorridas com intervalos de uma década, a Rio+10 e Rio+20, em 2002 e 2012.

Algo em comum com esses exemplos e que se desdobra num conjunto de problemas sobre os quais repousa não só o movimento ecológico-ambientalista, mas toda a humanidade, é o fato de que não foi possível mitigar as destruições do meio ambiente mesmo constatando-se um crescimento dos movimentos deste tipo nas últimas décadas. É que este sistema não admite a incorporação de uma prática produtiva que não deprede, ou mesmo que “deprede menos”. Muito pelo contrário, com a crise estrutural do capital, sua sede por recursos naturais para a viabilização produtiva se torna ainda maior, já que adentra uma fase em que, para se autorreproduzir como sistema social, necessita inescapavelmente expandir a escala de destruição da natureza.

Por isso, a interpretação destes desenvolvimentos das últimas décadas do modo de produção capitalista faz muito mais sentido se estivermos munidos da interpretação de Mézáros acerca do que é o sistema do capital e por que a questão da depredação do meio ambiente tende a ser uma demanda da humanidade não integrável a este sistema, apresentando-se a ele como um limite absoluto para que continue a se reproduzir como sistema global de produção.

Procuraremos demonstrar a tese de Mézáros de que para assegurar sua autorreprodução num contexto de crise estrutural, este sistema social deve recorrer a práticas que significam uma autorreprodução destrutiva.

2 O EQUACIONAMENTO DO PROBLEMA DA DESTRUIÇÃO AMBIENTAL

2.1 O pensamento ambientalista ecocentrista

A ideia de que os seres humanos estariam destruindo o meio ambiente parte de uma conclusão empiricamente constatável, entretanto, esta afirmação carece de elementos explicativos sobre a causa fundamental de tal destruição. Mesmo assim, é sob este ponto de vista, carente de uma explicação histórica coerente, que evoluíram as abordagens que defendem o meio ambiente contra a depredação operada pela espécie humana sob o modo de produção capitalista.

É visível nos escritos de John Evelyn uma sensibilização em torno das primeiras grandes empreitadas industriais da humanidade já no século XVII. É com a Revolução Burguesa na Inglaterra, da qual foi partícipe, que temos o ponto de partida da burguesia na conquista do poder político rumo à constituição da sociedade do capital.

Escreve Evelyn:

Enquanto todos esses arrotam este bafo das suas mandíbulas fuliginosas, a Cidade de Londres mais parece o Monte Etna, a Corte de Vulcano, Stromboli ou os subúrbios do Inferno... É essa [horrenda fumaça] que se espalha e dissemina esses átomos pretos enfarruscados sobre todas as coisas aonde chega. (EVELYN *apud* FOSTER, 2005, p. 68).

Entretanto, é imprescindível destacar que com o desenvolvimento material da humanidade, a compreensão das causas de diversos problemas sociais, entre eles os que contêm forte ligação com o aspecto ambiental, haveria de evoluir.

Evelyn, segundo Foster (2005), foi um dos primeiros a tematizar esta questão nos tempos modernos, realizando intensa militância no sentido de tentar mitigar tais efeitos. Porém, como a constituição do capitalismo como modo de produção global apenas começava a engatinhar, o problema da destruição ambiental aparece aqui como resultado da prática industrial mais imediata, não sendo possível, ainda, reconhecer o capital como poder onipotente responsável por este problema social.

Ainda nestes primeiros passos de um capitalismo incipiente, havia abordagens que procuravam apenas negar a indústria em sua forma mais geral, sem apresentar uma saída alternativa para tal degradação.

O filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, já no século XVIII, reivindicava uma “natureza selvagem” como contrapartida à civilização industrial de um capitalismo

nascente. Rousseau e seus seguidores acreditavam que as coisas seriam boas por natureza, “tal como saíram das mãos do Criador”, e que o homem teria o importante papel de eliminar os seus obstáculos para que prosseguisse em seu (bondoso) caminho natural. Segundo Foladori, percebe-se que nestes pressupostos há um “fundo religioso, uma crença na igualdade entre as criaturas de Deus” (FOLADORI, 2005, p. 5-6).

O romantismo rousseauiano inspirou muitos movimentos ecologistas, talvez a maioria deles. A solução para os problemas ecológicos, para eles, viria a partir de um “contrato social” estabelecido pelas pessoas, “um acordo pelo qual todos combinariam regras de funcionamento da sociedade de tal modo a recuperar a harmonia e a felicidade do passado” (LESSA, s/p, 2016).

Estes pressupostos rousseauianos influenciaram uma parcela importante do pensamento ecológico. Aqui recuperamos o termo utilizado por Foladori (2005), “ecocentristas”, para referir a tradição filosófica hegemônica no campo ecológico, que vê a natureza como uma “esfera separada ou justaposta à sociedade humana – onde a parte natural deve impor um critério de comportamento à parte social” (FOLADORI, 2005, p. 4).

Esta perspectiva vê a natureza como em um estado de equilíbrio, ou até mesmo sobreposta perante a sociedade, de forma que a humanidade deveria se subordinar completamente às leis da natureza e as “leis da ecologia” deveriam “guiar a forma de organização da sociedade e seus critérios éticos”. Seria, portanto, um “critério de valor fora da sociedade humana e que deve determinar a própria organização humana” (FOLADORI, 2005, p. 4).

A natureza é, dessa forma,

Encarada como aquilo que existe sem a intervenção humana. Esta concepção distingue o natural do artificial como dois opostos. A ação e os produtos da sociedade humana são artificiais, opostos à natureza. Isso induz a um critério de avaliação ante a problemática ambiental. O natural seria o bom, e o artificial seria o mau. (FOLADORI, 2005, p. 11).

Como a natureza não pode falar por si, precisaria passar pela interlocução de alguns seres humanos que conseguiram incorporar esta “bioética” ou “ética biocêntrica”. Torna-se necessário, portanto, “outorgar à natureza valores intrínsecos, externos ao ser humano”, com base em um “ponto de partida ético”, de forma que “essa ética eco, ou biocentrista deveria orientar o comportamento humano” (FOLADORI, 2005, p. 11).

A concepção ecocentrista/biocentrista entende que a humanidade atuaria como um bloco homogêneo diante da natureza externa, do seu meio. Se apenas mencionássemos esta dimensão, a da relação que os seres humanos estabelecem com a natureza para se reproduzir, as relações técnicas, como um todo homogêneo contra o meio, estaríamos ignorando a importante dimensão das relações sociais que os seres humanos estabelecem no interior de sua própria espécie¹.

Segundo Foladori, “as relações sociais determinam as relações técnicas” (FOLADORI, 2001, p. 17), e não o contrário, como pressupõem os ecocentristas².

A causa dos problemas ambientais para os ecocentristas se resumiria a

Uma ideologia ou uma técnica, mas sempre da sociedade em bloco contra o meio. Para analisar o comportamento humano diante do meio ambiente, não têm maior importância as contradições ou diferenças existentes no seio da sociedade humana. O problema é técnico, não social. (FOLADORI, 2005, p. 17).

Para esta concepção, não há outra saída senão afirmar a necessidade de uma espécie de mudança de comportamento das pessoas no mundo para aderir a essa ética e agir com todos os meios mais imediatos a fim de impedir a devastação. Não é discutida a forma social da produção capitalista que necessariamente destrói o que quer que toque, mas como humanizá-la através do convencimento das pessoas, procurar ir de encontro à própria natureza objetiva do capitalismo como modo de produção estabelecido.

A questão para a compreensão da realidade do problema ambiental no mundo é entender a forma particular de gerar estes desequilíbrios na sociedade capitalista, não apenas na forma industrial em geral de produção, não apenas nas relações técnicas abertas com a Revolução Industrial. Trata-se de ir mais além para compreender as relações sociais de produção estabelecidas, já que estas, de acordo com Foladori (2001), se colocam com “um peso de determinação hierárquica prioritário, numa contradição entre os próprios homens” (FOLADORI, 2001, p. 17).

Segundo Bernardo,

¹ “As relações técnicas são aquelas que o ser humano estabelece com os outros seres vivos e com o meio abiótico no processo de produção de sua vida; as relações sociais são aquelas que se estabelecem entre os seres humanos para o mesmo fim” (FOLADORI, 2001, p. 17).

² O autor menciona algumas formas de tratar a questão ambiental como se a causa fossem prioritariamente as relações técnicas: “Isso aparece claramente quando se reduzem os problemas ambientais, tal como se apresentam na literatura especializada, a três grupos: poluição, depredação e excesso de população. Nesses três casos, há uma questão técnica como denominador comum: *os limites físicos com os quais o ser humano se defronta em seu desenvolvimento [...]*”. Nestas perspectivas, o problema ambiental “se apresenta como se fosse um problema técnico”, mas na realidade, segundo o autor, “*a sociedade humana, antes de se deparar com limites naturais ou físicos, está frente a frente com contradições sociais*” (FOLADORI, 2001, p. 17-8).

para a ecologia não se coloca uma alternativa não capitalista, a reorganização de toda a sociedade e de todo o sistema de produção consoante as relações comunitárias que os proletários desenvolvem e expandem na luta direta e autônoma contra o capital. Os ecológicos tomam o capitalismo como o pressuposto e confundem-no com a indústria em geral. Indústria, porém, é qualquer sistema de aplicação de máquinas à produção, que poderá servir em vários regimes econômicos. Assumirá uma ou outra forma a organização da maquinaria, segundo o sistema de trabalho e as relações sociais prevalecentes, mas continuando a existir como indústria. O capitalismo é muito mais do que a indústria em geral, e tampouco é uma ou outra máquina, uma ou outra fonte de energia ou produto. (BERNARDO, 1979, s/p).

A indústria em geral é algo que se desenvolve no interior da humanidade por muito tempo. Desde os primeiros sistemas de máquinas aplicados ainda na Antiguidade até a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, passaram-se milhares de anos de evolução sócio-histórica. O mesmo ocorreu com o capital em si, pois sua história começa muito antes de tornar-se um modo de produção de proporções globais; começa quando o capital é apenas uma relação entre pessoas, num incipiente mercado, trocando excedentes de trabalho. A relação entre eles também não foi fundamental à produção durante um longo tempo.

Podemos perceber na citação de Bernardo acima mencionada, que a aplicação de máquinas na produção não pode, por si só, ser responsável pelas devastações do meio ambiente, já que tal sistema de máquinas moderno responde a uma necessidade social que o demandou.

Sua configuração especificamente capitalista só pôde ser verificada e entendida após sua vitória como sistema social predominante, mais conclusiva no século XIX. É sobretudo com Karl Marx que as determinações essenciais do capitalismo como modo de produção seriam desvendadas por completo ao adentrar os estudos da Economia Política de seu tempo. Após o conjunto de descobertas marxianas, a indústria poderá ser entendida como subordinada à forma social da produção, ao capitalismo.

Podemos constatar, por fim, alguns grandes problemas teóricos nos pressupostos ecocentristas. O primeiro é tratar a humanidade como subordinada à natureza, de forma a encará-la como um distúrbio em um suposto estado de equilíbrio natural. O segundo é entendê-la como homogênea na relação com o meio externo, sem contradições sociais prioritárias. O terceiro é compreender o sistema social capitalista como um pressuposto imutável, sem considerar a possibilidade de transcendê-lo.

Apesar de Marx não ter estudado enfaticamente a relação direta da produção capitalista com a destruição do mundo natural, ele desvendou as leis que regem as relações de produção na sociedade burguesa e com isso encontrou o capital como uma relação social que adquirira um poder onipotente nesta sociedade. Por esse motivo, ele não apenas é útil para a compreensão da destruição ambiental, mas totalmente imprescindível para tanto, já que reconheceu a causa fundamental do travamento das potencialidades humanas mais genuínas e o impedimento para estabelecer uma relação com a natureza que compreenda os seus limites de exaustão e não os ignora com vistas a uma autoexpansão produtiva.

2.2 O marxismo e a superação prática da destruição ambiental

É evidente que há interpretações diferentes no interior do marxismo e fora dele acerca do significado de sua obra na relação com a emergência da problemática ambiental. Alguns são mais apaziguadores das diferenças estratégicas e de pressupostos em prol de uma unidade do movimento ecológico com um movimento revolucionário/marxista, como é o caso de Foster, que junto com os “marxistas ecológicos”, defende uma revolução em que o sujeito revolucionário seria uma espécie de *proletariado ambiental*³, devido às novas circunstâncias de indistinção dos fenômenos provocados pelo capitalismo, da crise econômica e da crise ecológica/ambiental (FOSTER, 2015).

Outra abordagem bastante diferente que nos serve de ilustração da difícil relação do pensamento ecológico-ambientalista com a tese da revolução proletária de Marx são as concepções de João Bernardo e de Sergio Lessa, que entendem que este pensamento é essencialmente conservador e só poderia contribuir para a reprodução da ordem burguesa.

Assim, consideramos necessário expor a própria concepção marxiana da relação entre o mundo material e as ideias, e o que esta relação revela para Marx e Engels como possibilidades e necessidades históricas dos seres humanos. A questão fundamental pode ser formulada da seguinte forma: a mudança objetiva das relações de trabalho capitalistas através de uma revolução social permanece atual, como única

³ Esta classe, para Foster, seria uma “grande massa da classe trabalhadora humana que reconhece, como resultado da crise de sua própria existência, o laço indissolúvel entre as condições econômicas e ecológicas” (FOSTER, 2015, s/p).

estratégia possível de introduzir elementos que eliminem o caráter de uma verdadeira *produção destrutiva* na ordem social? Ou será que a ação visando a uma mudança comportamental na direção da ética ecocêntrica encontra viabilidade histórico-concreta de realizar suas pretensões no mundo material capitalista?

De fato, Marx percebeu cedo a impossibilidade de humanizar as leis econômicas fundadas com a ascensão do modo de produção capitalista. A força *onipotente* do capital não permitiu o desenvolvimento e a generalização de nenhum tipo de consciência que se contrapusesse à sua reprodução material, criada pelo modo de produção mais dinâmico da história. Sua superação deveria advir de uma revolução social realizada neste mundo material, para só assim tornar possível o espraiamento generalizado de uma consciência livre das determinações da propriedade privada, do capital e do Estado. As bases desse pensamento são claramente visíveis na conhecida passagem de *A ideologia alemã*: “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX e ENGELS, 2009, p. 31-2).

Marx e Engels fizeram muito mais do que negar moralmente o perverso mundo capitalista e apelar para um *insight* divino no comportamento das pessoas; eles procuraram desvelar e expor as leis fundamentais de funcionamento deste mundo materialmente existente, com vistas a transformá-lo realmente e não apenas idealmente.

Por isso, para eles,

A produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar e o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui ainda como direta exsudação do seu comportamento material. (MARX e ENGELS, 2009, p. 31).

O que significa que para transformar as ideias, para uma real mudança comportamental dos homens, haveria de ser mudada sua própria condição material, de forma totalmente prática, já que, como afirmam, “a vida social é essencialmente prática” (MARX e ENGELS, 2009, p. 125).

É daqui que advém a necessidade de uma revolução social para que seja possível uma transição a outra forma de sociabilidade, não capitalista, com o desmonte das estruturas sociais capitalistas, que não deve ser confundido com apenas uma conscientização do proletariado da atual prática depredadora capitalista, mas entendido como uma ação de massas de derrubada do poder do capital e a

constituição de um novo poder autogerido pelos produtores associados, livre da exploração do homem pelo homem.

Esta necessidade é demonstrada na primeira grande empreitada de redigir um manifesto com estas ideias de transformação prática das relações sociais; no *Manifesto do partido comunista*, Marx indaga:

O que demonstra a história das ideias senão que a produção espiritual se modifica com a transformação da produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante. (MARX e ENGELS, 2011, p. 57).

Todavia, prossegue ele:

No âmago da antiga sociedade, se engendram os elementos de uma nova sociedade e a dissolução das ideias antigas acompanha a dissolução das relações sociais. (MARX e ENGELS, 2011, p. 57).

Isto é, não há a possibilidade real de no interior da prática burguesa desenvolver-se qualquer tipo de relações sociais que conciliem os seus interesses necessariamente antagônicos com os interesses da maioria da humanidade e da parte produtora da riqueza, o proletariado. A menos que haja uma revolução que acabe com a propriedade privada do capital, a ordem burguesa será sempre de uma minoria dominante contra uma maioria subordinada aos seus ditames.

O último parágrafo do *Manifesto* traz esta ideia de maneira taxativa:

[os comunistas] proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser atingidos pela derrubada violenta de toda ordem social passada. Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista. Os proletários nada têm a perder, exceto seus grilhões. Têm um mundo a ganhar. (MARX e ENGELS, 2011, p. 84).

Esta ênfase na violência necessária para se atingir tais objetivos brota da própria realidade coercitiva da ordem burguesa; seu antagonismo com a classe proletária é inconciliável. Ademais, as forças da humanidade que evoluíram arduamente em meio a muitas contradições na dinâmica sócio-histórica são convertidas pelo capital numa força social que se volta contra a própria humanidade.

Marx não subestima a capacidade destas forças que, para além de destruir a nossa própria espécie, corroendo-a por dentro, destroem também a natureza da qual somos essencialmente dependentes. Embora Marx e Engels tenham se concentrado em seus efeitos para a própria humanidade e em como a própria humanidade poderia superar a ordem do capital, são claramente visíveis seus alertas para o crescimento da destruição do meio natural, provocado pelas forças produtivas humanas sob o domínio do capital.

Ele comenta que sob a propriedade privada do capital,

Essas forças produtivas recebem um desenvolvimento apenas unilateral, tornam-se forças destrutivas para a maioria, e uma grande quantidade dessas forças não pode sequer ser aplicada na propriedade privada. (MARX e ENGELS, 2009, p. 88-9).

Marx também percebeu que não importa quão destrutiva é a ordem burguesa, pois isso em nada muda a necessidade de transformação prática da ordem burguesa com uma revolução social, pelo contrário, torna-a ainda mais urgente.

A principal crítica ao pensamento de Marx feita pelos ecologistas é retirada de um entendimento apressado na interpretação de alguns de seus pressupostos; um deles é a contradição em que Marx e Engels balizaram muito do que pensaram, entre as forças produtivas da humanidade e a forma de intercâmbio realizada, que se tornam anacrônicas para continuar dando conta do processo social a partir de um determinado momento. Essa ideia geral, para eles, seria a base material das revoluções sociais que ocorreram na história humana e, portanto, a base para uma revolução proletária: as forças produtivas humanas podem muito mais do que a sociedade burguesa poderia oferecer diante de seus estreitos limites.

Tal conflito entre forças produtivas e relações sociais de produção estaria em atuação sempre tendo como pano de fundo a humanidade, como uma força material que provocaria diversas manifestações concretas em seu desfecho revolucionário, diferenciadas de lugar para lugar, e em épocas diferentes na história. Eles defenderam desde *A ideologia alemã* que

Essa contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio, que várias vezes ocorreu na história até os nossos dias sem, contudo, pôr em perigo o seu fundamento, teve todas as vezes de rebentar em uma revolução, assumindo então, ao mesmo tempo, várias formas secundárias, como totalidade de colisões, como colisões de diferentes classes, como contradição da consciência, luta de ideias etc., luta política etc. A partir de um ponto de vista limitado, pode-se isolar uma dessas formas secundárias e considerá-la como a base dessas revoluções, o que é tornado mais fácil na medida em que os indivíduos dos quais partiram as revoluções se iludiram, segundo o seu grau de educação e a etapa do desenvolvimento histórico, sobre a sua própria atividade. (MARX e ENGELS, 2009, p. 89-90).

Por isso, não há como entender este pressuposto como algo fixo, imutável, mecânico, mas pelo contrário, é uma lei social que tem uma manifestação sempre particular de acordo com a forma e o grau dessas forças produtivas e das relações sociais específicas a serem analisadas.

Marques (2015), entretanto, procurou confirmar a interpretação do pensamento e legado histórico de Marx e Engels comum ao pensamento tipicamente ecológico. Afirma que parte das concepções de esquerda “que não romperam com suas raízes históricas”, ou seja, que ainda permanecem ancoradas ao fundamento de

Marx, herdam deste uma concepção de história “centrada no protagonismo das forças produtivas e na quase identificação entre o desenvolvimento destas e o ‘progresso’ histórico” (MARQUES, 2015, p. 19).

Para defender esta tese o autor utiliza uma única passagem de Marx do seu Prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, a qual reproduz expressamente esta contradição que aqui expusemos:

Numa certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações transformam-se em seus entraves. Inaugura-se então uma época de revolução social. (MARX, 2008, p. 48-51).

Para refutar Marx, Marques diz que o conteúdo dessa passagem é uma espécie de “mecânica da história” e que a prova disso seria que, no século XX,

As relações de produção capitalistas não entravaram (muito pelo contrário) o desenvolvimento das forças produtivas e que, justamente por isso, o traço distintivo do capitalismo no século XXI é a tendência ao colapso ambiental. (MARQUES, 2015, p. 19-20).

Parece extremamente insuficiente o argumento de Marques para descartar a lei social desvendada por Marx e Engels, derivando simplesmente do fato de ele não ter detectado a forma de manifestação dessa contradição sob a ordem do capital no século XX, que esta lei não se aplica à história. Como se Marx e Engels tivessem realizado uma leitura profética de uma autodestruição do capitalismo com data marcada. O autor não cogita a possibilidade de ter feito uma interpretação equivocada do conceito de forças produtivas de Marx⁴.

Ponting (1995) vai ainda mais longe ao dizer que a meta mais importante de Marx, Engels e Lenin “seria elevar o proletariado ao nível de consumo adquirido pela burguesia da Europa do século XIX” (PONTING, 1995, p. 260-1). Uma conclusão absurda para o tamanho da tarefa histórica do proletariado; reduzi-la a uma simples elevação do seu nível de consumo é demonstrar que nada entendeu do pensamento

⁴ Há uma discussão muito interessante levantada por Lukács sobre a interpretação da categoria forças produtivas no pensamento de Marx, realizada por Bukharin na década de 1930. Esta discussão diz muito sobre como realizar uma interpretação simplista de uma complexa relação com vistas a justificar uma determinada forma de produção do capital. Bukharin teria reduzido o conceito de forças produtivas de Marx ao conceito de meios de produção (técnica), que é apenas uma parte das forças produtivas, faltando a consideração dos demais elementos determinantes do conceito de forças produtivas mencionado por Marx no capítulo A Mercadoria de *O Capital*: o objeto e o sujeito do trabalho que também compõem a categoria. Isto acarreta uma interpretação tecnicista da categoria forças produtivas (LUKACS, 1974; LESSA, 2011; NETTO e BRAZ, 2012).

de Marx e Engels, já que se trata exatamente do contrário, de acabar com as próprias classes sociais através de um caminho revolucionário.

É provável que o mais inaceitável do pensamento marxiano para os ecologistas que compartilham dessa rejeição seja exatamente a necessidade de uma transição radicalmente revolucionária, pois, dada a convergência dos interesses ecologistas com a sociabilidade burguesa, essa perspectiva só poderia estar centrada na ampliação das medidas legislativas, participação popular, diversas formas de tratar a ordem do capital como um pressuposto inalterável, buscando melhorias no interior da cortina de fumaça da política burguesa.

Tal capitulação é frequentemente expressa em tom de urgência extrema, escondendo os meios existentes para a execução das suas proposições.

Diante dessa tendência definidora de nosso século, conservar o que resta da biosfera tornou-se a condição primeira de possibilidade não apenas de avanços sociais [...], mas da simples manutenção de qualquer sociedade organizada. (MARQUES, 2015, p. 19-20).

Entretanto, não diz que a afirmação de tamanha urgência em “conservar o que nos resta da biosfera” esconde que tal opção significa afastar o caminho mais radical da revolução social, desacreditando sua possibilidade efetiva ou imputando uma definição de revolução que não significa a derrubada do poder burguês socialmente estabelecido, mas apenas uma espécie de transformação da consciência no sentido da sonhada “bioética”, ou “ética eco”, já mencionada.

Marques afirma que o problema central “da esquerda”, para ele, foi ter dissociado a “agenda social da agenda ecológica”. Ele chega à conclusão que o problema, definitivamente, está num “obstáculo cognitivo ou bloqueio mental comum à quase totalidade do espectro ideológico”, listando uma série de “mecanismos psicológicos” que tendem a “dificultar uma tomada de consciência da gravidade das crises ambientais” (MARQUES, 2015, p. 20).

Em certa medida, o autor corrobora o pensamento de Fritjof Capra, um conhecido teórico do movimento ecologista, autor de *Ecologia Profunda*, como segue:

Em última análise, esses problemas precisam ser vistos, exatamente, como diferentes facetas de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção. Ela deriva do fato de que a maioria de nós, e em especial nossas grandes instituições sociais, concordam com os conceitos de uma visão de mundo obsoleta, uma percepção da realidade inadequada para lidarmos com nosso mundo superpovoado e globalmente interligado (CAPRA, 2012, s/p)

E, mais adiante:

Há soluções para os principais problemas de nosso tempo, algumas delas até mesmo simples. Mas requerem uma mudança radical em nossas

percepções, no nosso pensamento e nos nossos valores. De fato, estamos agora no princípio dessa mudança fundamental de visão do mundo na ciência e na sociedade, uma mudança de paradigma tão radical como o foi a revolução copernicana. Porém, essa compreensão ainda não despontou entre a maioria dos nossos líderes políticos. O reconhecimento de que é necessária uma profunda mudança de percepção e de pensamento para garantir a nossa sobrevivência ainda não atingiu a maioria dos líderes das nossas corporações, nem os administradores e os professores das nossas grandes universidades (CAPRA, 2012, s/p).

É no mínimo insuficiente centrar a causa da ausência de progressos no campo da mitigação da destruição ambiental como motivada por um “obstáculo cognitivo” ou por uma “crise de percepção” dos nossos “líderes políticos”, corporações, administradores e professores de grandes universidades. Desta forma, ou o mundo material fica ausente na compilação dos autores, ou este não exerce influência determinante nas ideias dos indivíduos.

Obviamente, tal concepção está em conflito direto com a interpretação marxiana do mundo; esta entende que as ideias dos indivíduos são fruto das relações sociais do mundo material, o que significa que o capitalismo, na sua atual forma, possui leis fundamentais de funcionamento que o impedem de considerar necessidades sociais e por isso exige uma revolução social. Isto nos leva a uma difícil articulação, ou mesmo a uma oposição, entre as duas formas de pensar.

Os planos de Marx e Engels e dos demais comunistas não puderam ser executados até então. O implacável poder do capital minou todas as tentativas proletárias de subversão da ordem burguesa, violentas e não violentas, tanto durante a vida de Marx e Engels, como também depois dela. Ao mesmo tempo, a vitória capitalista no século XIX, seu espraiamento pelo mundo em sua configuração imperialista, corroborou as tentativas de procurar humanizar o sistema do capital, recriando e atualizando medidas formais de aparente proteção ambiental. Foi possível aprovar diversas medidas legislativas que tentavam incluir demandas reivindicadas pela sociedade, ao reconhecer defeitos parciais neste modo de produção. Como, por exemplo, as primeiras reservas de proteção ambiental.

Aparece então o que podemos aqui denominar de *questão ambiental*⁵, quando vários movimentos ecologistas passaram a reivindicar, do Estado capitalista

⁵ Maria das Graças e Silva define a “questão ambiental” como “um conjunto de deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos. Em outras palavras, trata-se da incapacidade do planeta de prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo” (SILVA, 2010, p. 66-7). Esta definição é decorrente do termo “questão social”, muito utilizado no século XIX, que para Netto (1996) se define por um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso do capitalismo. Assim, está umbilicalmente vinculada ao surgimento e maturação da contradição capital-trabalho,

vitorioso, proteções legislativas ao mundo natural. Um aparente percalço para a reprodução da ordem burguesa, mas que foi habilmente convertido em mais uma fonte de expansão do capital e de coesão social.

Nesse sentido, o movimento ecológico acaba por contribuir com a reprodução da ordem burguesa em uma forma “melhorada”, ao procurar humanizá-la sem alterar sua estrutura social fundamental, incutindo o pensamento bioético, que afasta o cerne essencial de compreensão da ordem capitalista: a relação capital/trabalho.

Lessa comenta que os movimentos ecologistas de cariz romântico não poderiam ser outra coisa que não, inevitavelmente, burgueses. Ele explica:

A primeira razão está em conceber a relação homem/natureza como um “problema ecológico” que causaria um “desequilíbrio ecológico”. O “desequilíbrio” ecológico parte do pressuposto de que haveria um equilíbrio natural, como uma “sabedoria” inerente à natureza, que “deveria” (o verbo dever tem, nessas concepções, um enorme papel, o romantismo ecológico é sempre moralista) ser respeitado, e que os indivíduos, com seus comportamentos inadequados (ignorância, falta de cultura, individualismo, egoísmo etc.), terminam por destruir. Essa seria a essência do “problema ecológico”, e aqui a segunda razão, sua solução, estaria na modificação do comportamento dos indivíduos (pela Educação, pela ação governamental, por meio de melhores leis e agentes fiscalizadores mais eficientes etc.) para que respeitassem o “equilíbrio” e a “sabedoria” naturais. (LESSA, s/p, 2016).

Portanto, para Lessa, essas duas razões (a concepção da relação homem/natureza como uma questão de equilíbrio ou desequilíbrio ecológico e a solução com base na modificação comportamental dos indivíduos) seriam os motivos fundamentais de por que este tipo de concepção/solução dos/para os problemas do mundo não passa da gravitação em torno de melhorias no interior da ordem burguesa.

Esta interpretação do movimento ecológico como essencialmente conservador da ordem capitalista não é de todo nova no interior do marxismo.

João Bernardo escreve já em 1979:

Na falsidade da sua argumentação, na ignorância dos processos históricos de relação entre os modos de produção e a natureza, no escamoteamento das transformações sofridas pelos elementos da natureza em virtude da ação de todas as sociedades humanas, nesta ausência de uma fundamentação científica séria, as ideologias ecológicas aparecem na sua verdadeira função demagógica. Os argumentos de caráter genérico invocados limitam-se a servir de preâmbulo estilístico para propor modificações circunstanciais que adaptem o capitalismo às novas condições da sua existência. É a partir daqui que podemos compreender a função da ecologia na luta de classes hoje travada. Só neste sentido devemos entender as referências ao pretenso “equilíbrio natural”. (BERNARDO, 1979, s/p).

sendo expressão de sua face binomial industrial-urbana. Para Silva, a questão ambiental seria a face ambiental destes problemas políticos sociais e econômicos.

Bernardo diz que é falso o pressuposto ecologista de que havia uma espécie de “equilíbrio natural” quebrado apenas com a civilização industrial; ele comenta que a própria sociedade humana realiza tais transformações no ambiente, mas isto ocorre de acordo com o modo de produção ao qual está subordinada. A relação entre o homem e a natureza e entre os próprios homens em cada momento da história gerou formas de equilíbrios e desequilíbrios particulares (BERNARDO, 1979, s/p).

Por último, outra questão imprescindível de ser mencionada no contexto da interpretação do pensamento marxiano aplicado à problemática ambiental é a ideia de muitos ecologistas de que Marx e Engels seriam “antropocentristas”.

Ainda que não seja inverdade o fato de Marx e Engels terem saudado a importância histórica do Iluminismo e de outras formas de pensar que dão certa prioridade ao entendimento e ao melhoramento da vida humana, é uma inverdade mencionar que eles seriam, por isso, produtivistas⁶, ou prometeístas⁷, comprometidos com a expansão do capitalismo. A vinculação de seus pressupostos com uma concepção dualista desse tipo (ecocentrista *versus* antropocentrista), assim como qualquer outra espécie de dualismo, não corresponde às formulações teóricas defendidas pelos autores.

Foladori, apesar de incorporar o marxismo, em um contexto geral, à tradição antropocentrista, admite que Marx parte de uma base filosófica incompatível com um pensamento dualista desse tipo.

A sua diferença [do marxismo] está em que, primeiro, a natureza inclui a sociedade humana, não sendo algo por fora como nas concepções ecocentrista e tecnocentrista. Nesse sentido, a distinção entre “natural” e “artificial”, que é a base das posições ecocentristas e antropocentristas, não pode servir como critério para a ação. (FOLADORI, 2005, p. 18).

O pensamento marxiano, portanto, é incompatível com uma visão de mundo calcada num dualismo desse tipo, porque “ultrapassa a visão antropocêntrica como

⁶ Para Silva (2010), este tipo de associação de Marx a um produtivismo não passa de uma “evasiva semântica, produzida como justificativa ideopolítica para a adesão de setores do ambientalismo aos ditames da ordem”, e muitas vezes “incorrem em uma visão de mundo idealista, a qual atribui a degradação da natureza à sanha dominante da humanidade, acentuada, em particular, com a indústria moderna” (SILVA, 2010, p. 74).

⁷ Trata-se de uma acusação por parte de teóricos que tentaram deslegitimar Marx dizendo que este aplicaria uma espécie de mecanicismo, na medida em que considerou, assim como Bacon, o mito de Prometeu acorrentado do grego Ésquilo, como uma figuração representativa do significado do materialismo e da ciência para a humanidade em sua evolução histórica. Para estes críticos, Marx teria abraçado integralmente a visão iluminista de uma superioridade absoluta, mecânica, do homem sobre (e contra) a natureza. Para Foster, esta acusação não passa de “um modo circular de rotular a obra de Marx e o marxismo como um todo como uma versão extrema do modernismo”, ou seja, de pintar um Marx adorador das façanhas do capitalismo em vez de um crítico ferrenho desta forma de metabolismo social (FOSTER, 2005, p. 190-2).

possibilidade de explicação para as relações entre sociedade e natureza” (SILVA, 2010, p. 76).

Podemos concluir, portanto, que há uma profunda divergência de pressupostos entre o pensamento marxiano e o pensamento ambientalista moderno hegemônico. O fato de que o pensamento ecocentrista está comprometido, desde os pressupostos, com algum tipo de integração à ordem burguesa, torna tal relação essencialmente problemática. É a forma como se constituiu o ecocentrismo no século XX, suas bases teóricas mais elementares, que coloca uma parede filosófica entre o método marxiano de análise da realidade e a conciliação com qualquer conjunto de pensamento orientado por uma finalidade de integração à ordem social do capital.

2.3 As proposições burguesas para o problema da destruição ambiental

O primeiro parque nacional a ser criado no mundo capitalista foi o de Yellowstone, estabelecido em 1872; o segundo foi o de Yosemite, em 1886, ambos nos Estados Unidos, onde um movimento conservacionista começou a tomar corpo no fim do século XIX com uma crítica a partir de uma óptica centrada na natureza primitiva e contra a sociedade industrial e seus impactos. O presidente americano Roosevelt, na sequência, adicionou muitos hectares às florestas nacionais, durante sua presidência nos primeiros anos do século XX. Outros países também criaram parques no intuito da conservação florestal nesse período, como, por exemplo, Canadá (1894), Chile (1905), Porto Rico (1909) e Uruguai (1916) (FOSTER, 1999; FOLADORI, 2001).

O período em que mais se devastou as florestas na história dos Estados Unidos foi, curiosamente, o período subsequente à criação das primeiras reservas de proteção de Yellowstone e Yosemite. A criação das reservas de proteção implicou uma elevação no preço da madeira, favorecendo o lucro dos madeireiros e ampliando ainda mais a destruição das matas nativas. O mais emblemático é que a partir de 1890, até 1920, a criação de reservas nos EUA é apoiada pelos grandes capitalistas madeireiros, embora as reservas tenham sido criadas como resultado de um movimento de contestação de leis que os favoreciam, o *Free Timber Act* e o *Timber and Stone Act*, de 1878. “Ao final desse período, 65% das florestas nativas dos EUA haviam desaparecido”. E, “em pouco mais de 370 anos (1620-1997), a expansão

capitalista dos EUA destruía 95% dos 4 milhões de km² de suas florestas nativas” (MARQUES, 2015, p. 75-6).

O início deste período coincide com o último quarto do século XIX, fase em que o capitalismo se encontrava num patamar produtivo gigantesco, com enorme participação do Estado visando garantir seus interesses expansivos. Ao custo da ampliação da exploração do trabalho e dos recursos naturais pilhados, pôde-se desenvolver a indústria de forma astronômica. O desenvolvimento da química industrial levou ao desenvolvimento de uma agricultura industrial de larga escala, inaugurando uma inflexão muito importante para a consolidação do capitalismo. Foster (2005), com base em Marx, cita esta fase de desenvolvimento da agricultura industrial capitalista como o marco que origina um “*rift*” *metabólico na humanidade*; isto significa que a humanidade passa a se relacionar mais destrutivamente com o restante do ser natural⁸.

Segundo Foster

Especialmente com o crescimento e a propagação do capitalismo, as interações entre natureza e seres humanos são muito maiores e mais intensas do que antes, afetando primeiramente o local, então o regional, e finalmente o meio ambiente global. A comida e a ração animal são agora rotineiramente transportadas por longas distâncias; isso esgota o solo, como Liebig e Marx afirmaram no século XIX, necessitando de aplicações rotineiras de fertilizantes comerciais nos solos das plantações. (FOSTER, 2013, s/p).

É com a expansão das possibilidades abertas pela grande indústria e o capital que se constituirá uma economia mundial. O *capitalismo concorrencial* é o segundo estágio do capitalismo, após o capitalismo comercial (ou mercantil), que começa no fim do século XVIII e vai até o último terço do século XIX. Seu desenvolvimento dará o pontapé inicial para o que se consolidará como um verdadeiro sistema econômico internacional no terceiro estágio do capitalismo: o capitalismo de monopólios, ou o estágio imperialista do capitalismo (NETTO e BRAZ, 2012).

⁸ Isto acontece devido a uma ruptura nos ciclos de restauração natural dos solos, provocada sob o capitalismo a partir desta fase, Foster cita Marx: “[a produção capitalista] agrupa a população em grandes centros e faz a população urbana conquistar uma sempre-maior [*ever-greater*] preponderância. Isto resulta em duas coisas: de um lado, isto concentra a força motriz histórica da sociedade; do outro, perturba a interação metabólica entre o homem e a terra, isto é, impede o retorno ao solo dos seus elementos constituintes, consumidos pelos homens na forma de comida e roupas; conseqüentemente, dificulta a operação da eterna condição natural do solo. Mas, pela destruição das circunstâncias que circunscrevem este metabolismo, compele sua restauração sistemática a uma lei regulada pela produção social [...]. [Portanto] Todo progresso na agricultura capitalista é um progresso na arte, não apenas de roubar o trabalhador, mas de roubar o solo; todo progresso no incremento de fertilidade do solo por um dado tempo é um progresso através da ruína dos recursos dessa fertilidade em um longo prazo [...]. A produção capitalista só desenvolve a técnica e o grau de combinação do processo social de produção minando os recursos originários de toda a riqueza – o solo e o trabalhador” (MARX *apud* FOSTER, 2013, s/p, tradução livre).

O conceito de imperialismo ou capitalismo imperialista decorre dos estudos de marxistas com base nos delineamentos essenciais deixados por Marx em seus estudos da crítica da Economia Política.

De acordo com Netto e Braz (2012):

Apoiando-se nas tendências que Marx descobrira no movimento do capital e procurando empregar o seu método de análise, alguns marxistas desenvolveram estudos que indicaram que o sistema capitalista vinha experimentando, desde os últimos anos do século XIX, uma série de substantivas transformações. Nenhuma delas lhe retirava a sua estrutura essencial; mas todas confluíam para configurar um *novo estágio* na história do capitalismo, a que se denominou imperialismo. (NETTO e BRAZ, 2012, p. 181).

O período que tem seu início nesse preciso momento de fim do século XIX, ao qual se referem os autores, ainda predomina até os dias de hoje, o que significa que as suas características essenciais que implicaram *substantivas transformações* no modo de produção capitalista permaneceram, alterando apenas sua forma de funcionamento específica.

Há vários motivos para entendermos que as destruições do meio ambiente operadas pelo capital, de uma maneira geral, estavam apenas começando: a retirada das matas nativas nos diversos pontos onde cresceu astronômicamente a urbanização capitalista; a incursão do capital nas potencialidades energéticas dos combustíveis fósseis; a criação e generalização do uso da resina de fenol (plásticos), adentrando o nível microscópico da poluição global; a exploração do uso de pesticidas e fertilizantes sintéticos na química industrial agrícola, entre muitos outros exemplos que poderiam ser mencionados.

Todavia, o que temos de ter em mente, em primeiro lugar, é que as transformações sociais devido aos novos patamares produtivos em decorrência da Revolução Industrial, intensificadas ao adentrar a fase imperialista, foram completamente sem precedentes e com evoluções exponenciais.

Em segundo lugar, as transformações no interior do Estado; este passa a expressar, cada vez mais, seu caráter completamente dominado pela burguesia desde 1848, quando esta classe se converteu numa classe contrarrevolucionária⁹. A partir de então, qualquer ímpeto revolucionário que a burguesia tivera em outras circunstâncias de conflito aberto com os resquícios feudais, acabava no momento em

⁹ “Atemorizada pela explosão de 1848, a burguesia converteu-se em *classe conservadora*: seu objetivo passou a ser a *manutenção* das relações sociais assentadas na propriedade privada dos meios fundamentais de produção, suportes da acumulação capitalista. Inicia-se o ciclo da sua *decadência ideológica*, com o completo abandono dos ideais emancipadores que animaram a sua luta contra o *Antigo Regime*” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 181).

que passou a ficar claro o perigo de os trabalhadores promoverem uma ordem social sem nenhuma exploração de classe, o que significava a ideia de uma nova revolução que destituísse a própria burguesia. Isto levou a burguesia a realizar concessões e a atender a reivindicações parciais da sociedade que não alterassem a ordem do capital, mas, ao contrário, ao fim e ao cabo até ajudassem a tornar o capital mais produtivo. À medida que os conflitos parciais se dissipavam em decorrência das concessões, afastava-se a possibilidade de um conflito generalizado que os integrasse numa revolução social dos trabalhadores.

É neste contexto que devem ser pensadas as primeiras legislações ambientais provenientes do capitalismo imperialista. As criações de parques de proteção às florestas nativas e as outras medidas de proteção ambiental não poderiam significar outra coisa que não a expressão jurídico-política do que o capital necessitou, como modo de produção, para atenuar os conflitos oriundos das demandas pró-ecológicas que surgiam no interior da sociedade, após a percepção das inúmeras transformações que o advento da grande indústria implicou para a natureza e a humanidade em sua relação indissociável.

De acordo com Netto e Braz (2012),

importantes desenvolvimentos estavam se realizando no domínio das ciências naturais, estimuladas pelas demandas da indústria [...]. Novas concepções abriam caminho na biologia, a química avançava e a física registrava progressos. Os impactos desses desenvolvimentos na produção [...] foram de tal ordem que alguns historiadores caracterizam o último terço do século XIX como o de uma “segunda revolução industrial”. [...] (NETTO e BRAZ, 2012, p. 189).

Alguns exemplos podem ser citados de descobertas científicas que ocorreram devido aos pesados investimentos nas forças produtivas do fim do século XIX e início do século XX, que tiveram grande aplicação produtiva e hoje impactam a biosfera de maneira brutal, encontrando uma justificativa no fato de terem contribuído e de ainda contribuírem para a reprodução global das necessidades expansivas do capitalismo. E ao mesmo tempo, beneficiando-se das válvulas de escape das ilusões criadas no atendimento de algumas concessões pró-ecológicas que não impactam diretamente as necessidades autoexpansivas do capital.

Os plásticos ganham maior importância nesta fase do capitalismo:

Nos finais do século XIX e inícios do século XX, da costela da química industrial nasce a indústria petroquímica, cuja data simbólica é o ano de 1907, quando Leo Baekeland, um belga radicado em Nova Iorque, inventou o baquelite, sintetizado a partir do alcatrão da hulha [...]. É o primeiro de uma série de plásticos conhecidos como resinas de fenol, série que inaugura a Idade do Plástico. (MARQUES, 2015, p. 172).

É também o período em que os combustíveis fósseis estão em ascensão e a sua produção começa a se generalizar pelo planeta, com a abertura dos campos de Bornéu em 1898 (NETTO e BRAZZ, 2012). É curioso que o próprio Engels já percebia a problemática geral da degradação que representa o uso de combustíveis fósseis, tendo afirmado em 1882 que a humanidade estava “‘desperdiçando’ os combustíveis fósseis associados à ‘energia solar do passado’ enquanto falha em fazer bom uso da energia solar do presente” (FOSTER, 2015, s/p).

Os pesticidas também passam a encontrar demanda exponencialmente crescente com o desenvolvimento da mesma química industrial agrícola:

Os inseticidas organoclorados e organofosforados e os herbicidas baseados em hormônios sintéticos nascem nos anos 1920-40 como resultado das pesquisas sobre armas químicas usadas durante a I Grande Guerra pelos dois campos beligerantes. (MARQUES, 2015, p. 179-80).

A primeira fase do capitalismo imperialista impulsionou diversas anomalias na humanidade e se expressou como uma contradição em proporções megaindustriais. Em termos econômico-políticos, culminou numa guerra generalizada entre todas as potências capitalistas que disputavam os recursos do planeta, perseguindo a autovalorização dos seus respectivos capitais nacionais. Foi uma espécie de partilha do mundo feita pelos Estados capitalistas que começou nas últimas três décadas do século XIX e se transformou numa verdadeira “*recolonização*” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 195-6).

Segundo Nikitin,

De 1874 a 1914, as grandes potências se apoderaram de cerca de 25 milhões de quilômetros quadrados de territórios coloniais, ou seja, mais que 50% da superfície das metrópoles. (NIKITIN *apud* NETTO e BRAZ, 2012, p. 196).

Essa repartição territorial era uma busca incansável pela garantia de mercado para as gigantescas produções fornecidas pelas indústrias dos países imperialistas, de forma que as potências capitalistas “dividem entre si as regiões do mundo que pretendem subordinar a seus interesses”. Netto e Braz lembram que, antes mesmo de estourar a Primeira Guerra, “o mercado de petróleo foi objeto de acordos entre a *Standard Oil* (norte-americana) e a *Royal Dutch Shell* (anglo-holandesa)” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 195).

A I Guerra Mundial ocorre exatamente quando as áreas já estão colonizadas e “qualquer nova expansão haveria de fazer-se mediante o confronto entre os Estados imperialistas”. Conflitos “interimperialistas” pela disputa de mercados são também o fator decisivo para a II Guerra Mundial (NETTO e BRAZ, 2012, p.196).

Este contexto implica uma relação muito profunda entre as funções das empresas monopolistas do capitalismo e dos Estados nacionais para proteger os interesses destas empresas. Além do mais, também mostraram para a humanidade que os interesses humanos deveriam estar voltados para os lucros destas empresas, não importando a preservação nem mesmo dos próprios seres humanos explorados, mandados aos campos de guerra, nem dos elementos da natureza, depredados para atingir tais finalidades.

Tanto para Foster (1999) como para Foladori (2001), o fim da II Guerra Mundial é o ponto que marca uma transição para dar início a uma intensificação sem precedentes da discussão “científica” do problema ambiental no século XX. Foster (1999, p. 108) considera até mesmo que só depois de 1945 o mundo entrou no estágio de crise ecológica global. E Foladori (2001a, p. 114-5), de forma semelhante, diz que “a bomba de Hiroshima foi um marco” no diagnóstico de uma crise ambiental, “ao se constituir na demonstração prática e imediata mais nítida das possibilidades de o ser humano modificar a biosfera de maneira radical, tanto em amplitude como em relação a seus efeitos no tempo”.

As guerras mundiais realizadas para a acumulação de capital das grandes empresas imperialistas revelaram a submissão da ciência a tais interesses. Durante o século XX, diversas faces do problema ambiental começam a aparecer, de forma que a amplitude do problema tornou mais difícil escamoteá-lo com as medidas políticas comuns. A insatisfação por a humanidade não estar fazendo o que poderia para salvar a vida do planeta e sua própria espécie passou a ser um sentimento cada vez mais comum.

As potências capitalistas precisavam apaziguar os ânimos após o drama histórico da Segunda Grande Guerra, com o desfecho das duas bombas nucleares lançadas sobre o solo japonês. Eles não poderiam deixar tal feito abalar a legitimidade do sistema e canalizaram os esforços no sentido de uma alegada única saída possível: a construção da coexistência entre defesa do meio ambiente e autovalorização do capital global.

Em 1948, três anos após o término da II Guerra, é criada a IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza), uma união tanto de organizações não governamentais como de Estados nacionais, que se propunha a elaborar estratégias para a conservação da natureza (FOLADORI, 2001).

Este período que se seguiu à II Guerra Mundial denominou-se Estado de Bem-Estar (1945-1973) – ou “The Golden Age” (FOSTER, 1999). Ele demarca uma nova ordem industrial capitalista sob a supremacia dos Estados Unidos, em que o capital vai conseguir, ao mesmo tempo, manter um grande crescimento da margem de lucro e conceder uma pequena elevação do padrão de vida nos países centrais, fornecendo alguns anos de relativa calma ao mundo do capital. Isso impulsionou a esperança de uma melhoria no interior deste modo de produção e vale também para a defesa do meio ambiente por meio das políticas ambientais.

É também o momento em que o problema ambiental se torna o centro das atenções. Nas décadas de 1960 e 1970, os movimentos ambientalistas começam a se expandir, “alguns chegam a se constituir em fortes organizações com presença parlamentar” (FOLADORI, 2001, p. 115).

Este processo histórico de uma “tomada de consciência sobre a crise ambiental contemporânea”, cobrando mudanças no sentido de garantir proteções após o desfecho da II Guerra, é iniciado com a IUCN, mas tem um de seus pontos culminantes no ano da I Conferência da ONU para o Meio Ambiente, a Conferência de Estocolmo, o mesmo ano do emblemático primeiro informe do Clube de Roma, *Limits to Growth* (Limites do Crescimento), ambos em 1972. Inaugura-se uma fase de presença ainda maior da problemática ambiental na mídia e na população em geral, como decorrência da aglutinação de potências capitalistas, cientistas e ativistas ambientais esperançosos de resolver os problemas com acordos consensuais globais.

O Clube de Roma foi uma organização fundada pelo industrial italiano e presidente do Comitê Econômico da OTAN, Aurelio Peccei, em cerimônia na propriedade da família Rockefeller em Bellagio, Itália. Aurélio Peccei era um consultor administrativo italiano (foi executivo da FIAT e da Olivetti) que reuniu em 1968 um grupo informal de economistas, cientistas, educadores e industriais num encontro em Roma. Já em 1970 este clube possuía 75 membros de 25 países, com o objetivo de pensar o sistema global e encorajar novas atitudes, entre as quais, o combate à degradação ambiental (OLIVEIRA, 2013). Não resta dúvida sobre a origem de classe do grupo. A ideia era integrar medidas de proteção ao meio ambiente com as necessidades do capitalismo global.

Nas décadas que se seguem à referida conferência e à publicação do primeiro informe do Clube de Roma, a questão ambiental começa a ganhar novos contornos com a forma particular do desenvolvimento do capital na década de 1970 e até os dias

de hoje. As consequências desta fusão de elementos na história são repletas de contradições.

O *Limites do crescimento* chegou até mesmo a propor um capitalismo que procurasse estagnar seu crescimento devido ao reconhecimento de danos irreparáveis ao meio ambiente operados pela *indústria*, utilizando-se da concepção de que o problema central seria o *crescimento econômico e populacional* que deveria ser interrompido por medidas políticas urgentes (FOLADORI, 2001).

Foladori menciona que, enquanto isso, no mesmo período, o capitalismo acelerava exponencialmente suas práticas destrutivas, realizando algumas, até mesmo sem precedentes, destruições em massa de pessoas e ecossistemas inteiros, como é o caso da Guerra do Vietnã e os desfolhantes químicos, utilizados pelos EUA nas populações, plantações e florestas nativas.

O que o primeiro informe do Clube de Roma e a conferência de Estocolmo revelavam foi que não mais era possível negar os efeitos destrutivos do capitalismo, pois sua escala se tornava cada vez mais global. Embora propusessem soluções comprometidas em salvar o capitalismo, também expressaram a ideia de impor limites ao crescimento do capital.

Contudo, a intenção de limitar o crescimento do capital é inconcebível do ponto de vista de suas leis. Para Mészáros, “o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação total da humanidade” (MÉSZÁROS, 2012, p. 251). Como argumentação, reproduz uma passagem dos *Grundrisse* de Marx que expõe a incapacidade de o capital tornar-se algo estático ou limitado:

O capital é o impulso infinito e ilimitado de ultrapassar as barreiras que o limitam [...]. A fronteira quantitativa da mais-valia é uma simples barreira natural, uma carência que ele tenta constantemente violar, além da qual procura chegar. *A barreira se apresenta como um acidente a ser conquistado.* (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2012, p. 251).

Por conta de o capital possuir este impulso como lei imanente de seu funcionamento, qualquer mudança teria de ocorrer sob sua determinação histórica, já que se trata de um incorrigível “*impulso expansionista cego*”, não sendo possível “adotar práticas produtivas compatíveis com a necessidade de restrição racional em escala global” (MÉSZÁROS, 2012, p. 259).

Estes elementos gestaram a inauguração de uma fase na história em que a emergência do problema ambiental, decorrente da prática *expansionista cega* capitalista, transformou-se numa retórica que ajudaria as empresas particulares a

gerar lucros. O discurso ambiental passa a ser incorporado pelos próprios segmentos empresariais como estratégia de *marketing* e publicidade.

O relatório Brundtland, escrito em 1987 pela equipe da primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, é um ponto histórico que expressa de forma bastante eficaz o desenvolvimento das ideias ambientalistas hegemônicas após o *Limites do Crescimento*, trazendo a marca de uma nova fase do capitalismo, quando esta adentra uma crise sem precedentes, de caráter permanente, o que traz novos contornos para as possibilidades de se conseguir qualquer tipo de proteção real à natureza.

O relatório foi resultado da criação, pela Assembleia Geral da ONU, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), e é responsável pela alcunha *desenvolvimento sustentável*, muito utilizada hoje em dia para representar interesses aparentemente consensuais e harmonizados com o ambiente. Até mesmo os empreendimentos mais devastadores em suas práticas produtivas dizem estar fazendo tudo em nome da proteção à natureza e da *sustentabilidade*.

A definição formalística de desenvolvimento sustentável entende que é possível, no capitalismo, um tipo de desenvolvimento que *atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender a suas próprias necessidades*. É como eles definem desenvolvimento sustentável. Entretanto, não hesitam em mencionar, numa linha teórica diferenciada do *Limites do Crescimento*, que o desenvolvimento sustentável depende do “potencial de crescimento total”, exigindo o “crescimento econômico” para se tornar factível, embora eles admitam que crescimento econômico não necessariamente significa equidade, o que acarretaria mais problemas ambientais. Por fim, afirmam que as sociedades devem lutar por ambos, crescimento econômico e “oportunidades equitativas para todos” (CMMAD, 1987).

A busca por oportunidades equitativas só pode se dar como uma exigência meramente formal sob o capitalismo, uma igualdade formal, já que deixa de pé o sistema social que tem a desigualdade como sua base, procurando conciliar com um sistema de produção que está cindido em, de um lado, capitalistas detentores dos meios de produção e, do outro, trabalhadores produtores de toda a riqueza, como duas classes antagônicas – a primeira só consegue se reproduzir mediante a ampliação da miséria da outra.

No fundo, o próprio termo *desenvolvimento sustentável* tem um significado histórico, na medida em que é a manifestação das necessidades do capital, como modo de produção, de procurar expressar teoricamente em um conceito uma coesão social em torno da destruição ambiental no capitalismo, após uma viragem histórica desta forma de exercer o metabolismo humano com a natureza; nesta, a própria produção humana se transforma, generalizadamente, em destruição (Mészáros, 2011) e precisa, ao fim e ao cabo, justificá-la como a única e melhor forma de produzir. A função deste conceito é *dizer que, aparentar, fingir* que está em harmonia com a natureza, enquanto, por trás desta aparência de comprometimento com os interesses sociais para com o meio ambiente, o capital se esforça para satisfazer suas necessidades autoexpansivas, num momento de uma crise permanente e não mais cíclica, ou seja, de uma crise estrutural¹⁰.

No relatório Brundtland estão inscritas mudanças no entendimento das possibilidades de se concretizarem as alterações necessárias para a humanidade retroagir sobre a destruição do meio ambiente do planeta entre os próprios setores capitalistas.

Do *Limites do Crescimento*, pode-se dizer que possuiu o significado histórico de “forçar o leitor a encarar a dimensão da problemática mundial” (MÉSZÁROS, 2012, p. 221, nota 6), além do que se apresentou como “uma crítica surgida no interior do próprio sistema capitalista” (FOLADORI, 2001, p.115-6), apesar da falha na identificação das causas socioeconômicas e de suas proposições fundamentalmente neomalthusianas.

Já com o relatório Brundtland (conhecido como o Nosso Futuro Comum), é marcada a abertura da passagem a um consenso social que advoga a incorporação de uma retórica ambientalista a todos os setores sociais imagináveis, das mais poluidoras mineradoras multinacionais do mundo às associações de bairro. Ao assumir a *responsabilidade de todos* sobre os problemas ambientais do mundo, passa-se a isentar o capitalismo, como modo de produção global, como a causa socioeconômica subjacente aos problemas ambientais.

Este movimento impulsionado com o *Our common future* (Nosso futuro comum) se concretizará na Rio-92, uma nova conferência global também convocada pela CMMAD, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, visando elaborar propostas

¹⁰ Aprofundaremos tais questões no capítulo 3, munidos dos elementos histórico-filosóficos necessários para compreender o que significou esta viragem no desenvolvimento e na evolução do capital.

políticas de caráter global para serem aplicadas nos diversos países participantes, numa tentativa de mitigar as destruições ambientais, estabelecendo tímidas metas a cumprir, se aprovadas em suas respectivas bases nacionais. É nesta conferência que se consolida o termo *desenvolvimento sustentável* (OLIVEIRA, 2013).

Como era esperado, o capitalismo não se mostrou receptivo às medidas adotadas na Eco-92. Como resultado, houve a elaboração de uma agenda de propostas chamada de Agenda 21. Esta formulou as diretrizes gerais da sustentabilidade, mas estabeleceu que os participantes deveriam encontrar caminhos *locais* para se adaptar, complementando-a com uma Agenda 21 local. Tais formulações apresentam um caráter de meros postulados formais, sugerindo diversas modificações incompatíveis com a realidade deste modo de produção, como o “combate à pobreza”, a “integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões”, a “proteção e promoção das condições da saúde humana”, a “promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável” etc. (BRASIL, 1995). Resumiu-se apenas a afirmações éticas consensuais, nas quais não se discutem os meios para atingir tais objetivos dentro do capitalismo.

As discussões ecologistas muitas vezes se reduzem a um apelo ético. Mota e Silva (2009) referem uma interessante passagem de Ivo Tonet:

O universo dos valores éticos só pode aparecer como um discurso vazio, que jamais pode ser efetivado praticamente. Trata-se, então, de um discurso vazio, mas socialmente necessário [...]. Essa ética abstrata não só não se opõe à desumanização da vida como é um elemento funcional a ela [...]. Não pode impedir nem mudar integralmente esse movimento desumanizador. Quando muito contribui para amenizar, e mesmo assim de forma bastante tópica e epidérmica, os aspectos mais gravosos e perversos. (TONET *apud* MOTA e SILVA, 2009, p. 41).

Ocorrerá o mesmo nas demais conferências convocadas pela ONU: em 2002, a cúpula de Johanesburgo (Rio+10), e em 2012, novamente no Rio de Janeiro, a Rio+20.

Oliveira (2013) menciona que é após a Rio+20 que ficam claras as intenções abertas com a Rio-92, concluindo que

O desenvolvimento sustentável não se refere a uma ruptura do modelo hegemônico de produção de mercadorias; trata-se não mais do que um ajuste ecológico da máquina econômica capitalista. (OLIVEIRA, 2013, p. 428-9).

E acrescenta:

A aceitação inequívoca e universal dos princípios do desenvolvimento sustentável pelas maiores empresas do mundo não significou mudanças estruturais, mas sim a vulgarização de experiências de obtenção de lucros a partir de inventos tecnológicos anticontaminantes. Em um verdadeiro *showroom* empresarial, todos os países participantes apresentaram pavilhões com *stands* contendo as mais diferentes possibilidades de adoção

de princípios de sustentabilidade pelos seus governos em suas múltiplas esferas (do governo cidadão à esfera federal) e das maiores empresas do mundo. (OLIVEIRA, 2013, p. 428-9).

Por conta de o caráter destes encontros representar interesses aparentemente consensuais numa sociedade cindida desde sua base, é que Mézáros não hesita em classificar as resoluções destes “grandes encontros festivos” apenas “como álibi para que tudo continue como antes, sem que nada se faça para enfrentar o desafio, enquanto se finge cumprir obrigações assumidas” (MÉSZÁROS, 2012, p. 223, nota 8).

A análise de Mézáros não se propõe a discutir esse ou aquele problema ambiental, mas se concentra nas diversas questões que envolvem os problemas vitais na reprodução metabólica humana sob o domínio do capital. Por se prestar a esta análise centrada no protagonismo da base econômica da sociedade, ele já comentava em 1971, nos tempos em que emergia a problemática ambiental, que

Há dez anos a ecologia podia ser tranquilamente ignorada ou desqualificada como totalmente irrelevante. Atualmente, ela é obrigada a ser grotescamente desfigurada e exagerada unilateralmente para que as pessoas – suficientemente impressionadas com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos – possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políticos. (MÉSZÁROS, 2012, p. 987)¹¹.

Mézáros revela barbaramente as intenções subjacentes ao ecologismo emergente em seu momento de maior candência; menciona ainda que o fato de existir esta relação do capitalismo com a ecologia, em que assume um “‘interesse ecológico’ universal” que na verdade é um acordo comum para a “manutenção do atual sistema de expansão da produção de supérfluos”, “não deveria provocar a mínima surpresa: seria um milagre isto não correr”. Entretanto, ele também menciona que apesar do uso capitalista que se faça do problema ecológico, ele é “suficientemente concreto” e “real” já há algum tempo, “ainda que, evidente, por razões inerentes à necessidade do crescimento capitalista, poucos tenham dado alguma atenção a ele” (MÉSZÁROS, 2012, p. 988).

Este texto de Mézáros leva Foster a qualificá-lo como o primeiro marxista a fazer uma análise realmente lúcida do problema ecológico emergente em sua relação com as necessidades do metabolismo do capital (FOSTER, 2013).

Mais adiante retomaremos a questão do significado para o meio ambiente, do novo tempo histórico capitalista que vivemos desde a década de 1970 até hoje, formulado por István Mézáros, do resgate que faz de Marx em *Para além do capital*

¹¹ Mézáros escreve o seu *Para além do capital*, que abordaremos no capítulo seguinte, cerca de 25 anos após o presente texto, “A Necessidade do Controle Social”.

(2012) – o que nos apresenta uma circunstância de novos contornos para os problemas sociais e ecológicos, com a crise estrutural (ou sistêmica) do capital.

As teses de Mészáros a este respeito evoluíram a um ponto muito mais abrangente e sistemático do que seu texto de 1971, “A Necessidade do controle social”, no sentido de a humanidade sob o capitalismo colocar em risco a própria continuidade da reprodução metabólica social com a atual prática produtiva.

3 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL E A INTENSIFICAÇÃO DA DESTRUIÇÃO AMBIENTAL COM A PASSAGEM À AUTORREPRODUÇÃO DESTRUTIVA

3.1 O metabolismo da espécie humana com a natureza: o trabalho

Para compreendermos o capital – uma relação social que surge na sociedade em um dado momento –, começamos pela categoria que funda o ser social, pois se trata do nóculo fundamental sobre o qual capital se sobrepõe.

Marx comenta em *O Capital*, no capítulo que trata do *processo de trabalho*, que “a produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada” (MARX, 1985a, 149).

Ele prossegue com uma definição do trabalho como processo:

O trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, *medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza*. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. *Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza*. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho, obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1985a, 149, grifos nossos).

De acordo com a teoria social de Marx, esta categoria *medeia, regula e controla o metabolismo da espécie humana com a natureza* e a particulariza em relação às outras espécies animais. Isso significa a transformação da natureza que esta espécie faz para reproduzir-se, ou seja, a sua forma de realizar o metabolismo, que sua própria condição natural permite.

A característica particular que o trabalho traz para a espécie humana de transformar sua própria natureza ao transformar a natureza externa implica que diversos requisitos vão sendo criados a partir desta sua natureza própria.

Segundo Tonet,

O homem é um ser essencialmente interativo, social, universal, consciente e livre. A partir do trabalho e como exigência da complexificação do ser social surgem inúmeras outras dimensões da atividade humana, cada qual com uma função própria na reprodução do ser social. (TONET, 2013, p. 98).

Em *A ideologia alemã*, vinte anos antes de Marx escrever *O capital* (2009, p. 23-4), ele já explanava, juntamente com Engels, sobre a abstração necessária que nos leva à compreensão de que é o trabalho a categoria fundante do ser social.

O primeiro fato a constatar é, portanto, a organização corpórea [*koperliche*] desses indivíduos e a relação por isso existente [*gegebenes*] com o resto da natureza [...]. Toda a historiografia tem de partir dessas bases naturais e da sua modificação ao longo da história pela ação dos homens. (MARX e ENGELS, 2009, p. 23).

E, no parágrafo seguinte:

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião – por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de subsistência (*Lebensmittel*), passo esse que é requerido pela sua organização corpórea. Ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. (MARX e ENGELS, 2009, p. 23).

O primeiro elemento a se destacar nesta reflexão e que em algum grau também é comum a qualquer espécie pertencente ao ser orgânico é: para existir e metabolizar (trocar energia e matéria com o entorno), o ser humano também precisa realizar a produção e a reprodução contínua de sua existência, que significa algum tipo de relacionamento com a natureza externa. Entretanto, quando vamos às particularidades deste metabolismo especificamente humano, encontramos a fabricação de instrumentos mediante o trabalho, isto é, a relação de retirada de elementos da natureza para produzir o necessário à existência. Algo completamente distintivo na espécie humana, pois, mesmo que outros animais consigam “fabricar instrumentos” com os elementos da natureza, isto acontece de maneira radicalmente diferente na espécie humana, já que esta consegue antecipar na consciência o objeto a ser transformado, o que modifica essencialmente tal atividade.

A conclusão que se pode tirar dessa premissa fundamental da humanidade, de acordo com a concepção marxiana, é que os seres humanos podem produzir, eles próprios, por sua própria ação, a sua existência, com base em atos teleologicamente orientados – apesar de outros animais também serem capazes de realizar uma espécie de adequação às condições de sua própria existência que também podem

modificar o seu entorno em alguma medida limitada, ao utilizarem os outros elementos da natureza circundantes de seu ecossistema. Os seres humanos gozam de uma exclusividade nesse sentido devido à maneira como o fazem, pois são os únicos que podem fazê-lo com base numa atividade teleologicamente orientada a um fim, sendo a única espécie conhecida que constrói o objeto em sua mente, antes de executá-lo na realidade.

Como consequência deste feito, esta espécie pode cumulativamente transformar sua experiência com a natureza com base na inclusão do que fora aprendido em sua atividade vital. Daí resulta que a humanidade pode aprimorar seu próprio fazer metabólico devido à sua capacidade de realizar o trabalho.

Dizer que esta categoria medeia, regula e controla a relação metabólica humana, é afirmar que Marx e Engels tinham consciência da dimensão biológica do ser social, mas dando a esta seu devido significado, sem romantizar suas implicações como no caso da concepção ecocentrista, pois eles sabiam que se corre o risco de igualar a espécie humana às demais espécies biológicas, de forma a perder de vista suas particularidades fundantes. Marx e Engels perceberam que não se pode eliminar jamais a base biológica específica do ser social. Para eles, nessa equação, a resposta que medeia a dialética histórico-natural humana é a categoria chave do trabalho.

A elevação de patamar na interpretação da categoria do trabalho que Marx e Engels realizam em relação aos pensadores anteriores é bem desenvolvida no texto de Engels, “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem” (parte de sua obra *Dialética da Natureza*). Nele, Engels procurou demonstrar a apreensão da realidade natural-social do ser humano, expondo as questões originárias desta natureza peculiar, como permitiam as descobertas científicas das ciências da natureza de sua época.

Engels procurou tratar o homem como parte integrante da natureza como um todo, assim como o fez Marx, sem reduzi-lo à sua generalidade biológica, como se não houvesse particularidades fundamentais que o distinguissem do restante da natureza.

Engels destaca o trabalho como responsável por ter criado o próprio homem:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 2004, s/p).

É imprescindível compreender bem as questões envolvidas quando mencionamos o trabalho como categoria fundante dos seres humanos e da materialidade social, já que este é um elemento essencial para entender o desenvolvimento do modo de produção do capital; sua correta elucidação pode ampliar nossa capacidade de compreender a relação causal das relações destrutivas dos seres humanos para com a natureza sob este sistema social. Trata-se, portanto, de um particular desenvolvimento que põs em prática relações metabólicas sociais para produzir e reproduzir a vida humana de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas específicas do trabalho em cada momento histórico.

Segundo Lessa:

A materialidade da sociedade resulta da própria ação deles [dos homens] e é, pois, uma materialidade construída por e para eles mesmos, enquanto a materialidade da natureza impõe-se à sociedade como uma materialidade em si mesma. As leis sociais referem-se a fenômenos e processos produzidos pela ação humana e, portanto, são mutáveis e suprimíveis em função desta ação; as leis naturais referem-se a fenômenos e processos que independem da atuação humana, ainda que sobre eles os homens possam agir. Em outras palavras, como o homem não criou a natureza, pode transformá-la, porém, jamais, aboli-la. Analogamente, como os homens criaram as relações sociais, podem, além de transformá-las, aboli-las. (LESSA, 2011, p. 134).

Isto significa que os homens se diferenciam do restante da natureza sobretudo porque com o ser humano há um caráter “predominante e crescentemente determinado pela sociedade” (LÚKACS, 1979, p. 94-5).

É sobre a evolução de alguns desses complexos sociais, com grande peso de determinação na história humana, que nos debruçaremos no próximo item, abordando a identificação da emergência do capital e seu desenvolvimento até conquistar os condicionantes para assumir-se senhor do metabolismo social humano com o capitalismo. E assim, observarmos seu papel determinante na intensificação da destruição do meio ambiente, sobretudo ao analisarmos sua inflexão mais recente ocorrida no século XX, com a passagem a uma produção destrutiva inerente ao modo de produção atualmente estabelecido.

3.2 As classes sociais, a propriedade privada e o Estado

Segundo Netto e Braz, os modos de produção da existência humana são formas mais abrangentes de organização da sociedade que em geral refletem a articulação entre as *forças produtivas* do trabalho, imprimindo suas necessidades e possibilidades, e as relações sociais de produção estabelecidas. Há, portanto, alguma

“correspondência entre forças produtivas e as relações sociais de produção”, que configura o *modo de produção* de cada período histórico abrangente (NETTO e BRAZ, 2012, p. 72).

As forças produtivas em geral envolvem a conjunção de alguns elementos substanciais que as determinam: *os meios de trabalho, os objetos de trabalho, e a força de trabalho* (NETTO e BRAZ, 2012, p. 70)¹². Nota-se que não se trata apenas de algo que ocorre no interior da humanidade ou mesmo de mera evolução das ideias na consciência humana, mas do desenvolvimento objetivo da humanidade na sua relação com a natureza, pois envolve tanto a própria força de trabalho humana, sua técnica mais ou menos eficaz, quanto também a própria natureza como seu objeto de trabalho, o mundo orgânico e inorgânico e suas potencialidades, e, além disso, o resultado acumulado do conhecimento prático dos seres humanos, os quais são constantemente reproduzidos pela ciência e também cristalizados nos meios de trabalho, seus instrumentos, ferramentas etc.

As relações sociais de produção determinam as relações técnicas de produção, ou seja, as “características técnicas do processo de trabalho”, como já observamos no item 2.1 com Foladori. As características técnicas do trabalho dizem respeito ao grau de “controle ou domínio” que o produtor tem sobre os meios de trabalho. Por sua vez, as relações sociais de produção são determinadas pelo regime de *propriedade dos meios de produção fundamentais* (NETTO e BRAZ, 2012, p. 71-2).

Segundo os autores, a importância do caráter de determinação da propriedade dos meios de produção pode ser exemplificada da seguinte forma:

¹² Este resumo no livro de Netto e Braz é um desenvolvimento sintético destes conceitos encontrados em *O Capital* de Marx, em que ele comenta sobre os fatores que determinam a *força produtiva do trabalho* no capítulo A Mercadoria: “a força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais”; bem como também uma outra passagem no capítulo O Processo de Trabalho: “Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios [...]. A terra (que do ponto de vista econômico inclui também a água), como fonte original de víveres e meios já prontos de subsistência para o homem, é encontrada sem contribuição dele, como objeto geral do trabalho humano. Todas as coisas, que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza. Assim o peixe que se perca ao separá-lo de seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate na floresta virgem, o minério que é arrancado de seu filão [...]. O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre as outras coisas, conforme o seu objetivo” (MARX, 1985a, p. 48-9/150).

Se a *propriedade dos meios de produção fundamentais é coletiva* (como na comunidade primitiva), tais relações são de cooperação e ajuda mútua, porque os produtos do trabalho são desfrutados coletivamente e nenhum membro do grupo humano se apropria do fruto do trabalho alheio; se tal propriedade é privada, particular (de um membro do grupo, de um conjunto de membros), as relações decorrentes são de antagonismo, visto que os proprietários dos meios de produção fundamentais apropriam-se dos frutos do trabalho dos produtores diretos, ou seja, estes são explorados por aqueles. (NETTO e BRAZ, 2012, p. 71-2).

Nos estágios mais primitivos, no período denominado “comunismo primitivo”, a sociedade não era dividida em classes sociais, pois o baixo grau de desenvolvimento das *forças produtivas* do trabalho não permitia a articulação de relações de produção que correspondesse a uma divisão entre trabalho manual e intelectual em duas classes antagônicas, já que não era útil, rentável, ou mesmo viável que um ser humano explorasse outro ser humano. Era necessário que todos os aptos realizassem o trabalho manual, o processo de transformação da natureza nos bens necessários à vida humana, pela força das próprias circunstâncias. A divisão da sociedade em classes só foi possível após o advento do excedente econômico, resultado do desenvolvimento da agricultura e da domesticação de animais (NETTO e BRAZ, 2012, p. 68-9).

Entretanto, a partir do momento em que o domínio das sementes e dos animais tornou possíveis as classes sociais, como um desenvolvimento social incorporado à relação metabólica humana, elas passam a ter uma importância tal que nunca deixaram de existir até hoje – apenas ampliaram ao nível global a adesão humana a essa forma de organizar o metabolismo social, e, no decorrer da história humana, modificaram em aspectos formais o caráter desta organização antagônica em classes sociais.

As classes são, portanto, “o sujeito fundamental” (Marx) da história. Isto porque “é ao redor e a partir da luta pela produção e apropriação da riqueza que se desenrola, direta ou indiretamente, todo o processo social” (TONET, 2013, p. 16). Porém, como diz Tonet, a questão das classes sociais na humanidade possui uma “natureza dúplice”, com seus momentos “individual” e “coletivo” (TONET, 2013, p. 91-2), sendo o momento “coletivo” o elemento fundamental (TONET, 2013, p. 45).

Segundo Tonet,

As classes sociais são grandes grupos de indivíduos, cuja origem está no processo de produção e apropriação da riqueza. Cada um desses grupos tem inúmeros e variados interesses, que não são comuns a todos os seus membros. Alguns, porém, básicos, são comuns a todos os indivíduos que compõem cada um daqueles grupos. Por isso, em todos os modos de produção encontramos duas classes fundamentais: a daqueles que produzem a riqueza e a daqueles que são proprietários dos meios de

produção e se apropriam da maior parte da riqueza produzida. (TONET, 2013, p. 16).

Dessa forma, existiram diversas formas de a sociedade humana se dividir em classes sociais, uma possibilidade histórica proveniente do próprio desenvolvimento do trabalho, uma vez que a agricultura e a pecuária tornaram possível o *excedente econômico*, que consiste precisamente no fato de que “a comunidade começava a produzir mais do que carecia para cobrir suas necessidades imediatas” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 57). Este fenômeno, assim como inúmeros outros subsequentes, não é observável em outras espécies do ser natural; é uma especificidade humana, já que é uma decorrência do trabalho em determinado grau de desenvolvimento.

Apesar de todo julgamento *a priori* que possamos ter sobre a existência das classes sociais na história humana, seu surgimento e o das sociedades estabelecidas marcaram o aparecimento de novos contornos para os problemas da vida e dos seres humanos. São “um passo adiante na história da humanidade” (NETTO e BRAZ, 2007, p. 66-7)

Estas classes sociais significam exatamente a emergência da *propriedade privada* dos meios de produção. Engels explica em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* que no início, nas primeiras formas de organização de grupo que a humanidade desenvolveu, não havia uma divisão em classes sociais. A propriedade privada não surgiu do nada, mas caminhou lentamente sob formas intermediárias, que no fim e ao cabo, expressavam o avanço das forças produtivas do trabalho humano. Segundo Engels, a domesticação de animais e a criação do gado “havia aberto mananciais de riqueza até então desconhecidos, criando relações sociais inteiramente novas”; alguns povos “havia adquirido posses que precisavam apenas de vigilância e dos cuidados mais primitivos para reproduzir-se em proporção cada vez maior e fornecer abundantíssima alimentação de carne e leite” (ENGELS, 2010, p. 73-4).

Nessa fase será possível aos homens produzir um “excedente apreciável sobre os gastos de sua manutenção”, o que significa que para a escravização de outros, estes homens escravizados deveriam produzir mais riqueza do que a suficiente para sustentar a si próprios. Isto ocorre quando os rebanhos passam a ser propriedade da família como instituição e não mais da coletividade (ENGELS, 2010, p. 74-5).

As condições históricas permitiram que para aumentar a produtividade do trabalho, fossem adquiridos mais homens da classe que produzia a riqueza sob exploração. O meio utilizado para isto foram as guerras.

Segundo Engels,

Os prisioneiros foram transformados em escravos. Dadas as condições históricas gerais de então, a primeira grande divisão social do trabalho, ao aumentar a produtividade deste, e, por conseguinte, a riqueza, e ao estender o campo da atividade produtora, tinha de trazer consigo – necessariamente – a escravidão. Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados. (ENGELS, 2010, p. 203).

Também segundo Anderson,

A via típica para a expansão na Antiguidade, para qualquer Estado, era assim sempre um caminho “lateral” – a conquista geográfica – e não o avanço econômico [...]. A cidade-Estado celular invariavelmente se reproduzia, nas fases de ascensão, pelo povoamento e pela guerra. O saque, o tributo e os escravos eram os objetos centrais do engrandecimento, tanto meios como finalidades para a expansão colonial. [...]. (ANDERSON, 2007, p. 27-8).

Isso ocorreu com a sociedade devido ao desenvolvimento de suas próprias capacidades metabólicas sociais. Mas antes de surgirem as classes sociais, a sociedade humana percorreu milhares de anos de história sem sequer conhecer esta forma de organização social, vivenciando formas igualitárias nos estágios mais primitivos das sociedades¹³.

É interessante vislumbrar como teriam sido as sociedades estabelecidas anteriores às classes sociais utilizando uma curiosa passagem de Engels em que ele procura imaginar e elaborar, de acordo com seus conhecimentos históricos, uma figuração de como seriam as sociedades das *gens*¹⁴:

Admirável essa constituição da gens, com toda a sua ingênua simplicidade! Sem soldados, policiais, nobreza, reis, governadores, prefeitos ou juizes, sem cárceres ou processos, tudo caminha com regularidade. Todas as querelas, todos os conflitos são dirimidos pela coletividade e que concernem, pela gens ou pela tribo, ou ainda pelas gens entre si [...]. Apesar de haver muito mais questões em comum do que no presente – a economia doméstica é feita em comum por uma série de famílias e de modo comunista; a terra é a propriedade da tribo e os lares só dispõem, e temporariamente, de pequenas hortas – ainda assim, não é necessária nem sequer uma parte mínima da nossa vasta e complicada máquina administrativa. São os próprios interessados que resolvem as questões; e, na maioria dos casos, costumes seculares já tudo regulam. Não pode haver pobres nem necessitados: a

¹³ Cabe mencionar que esta passagem do escravismo ao feudalismo é uma análise centrada na região onde o capitalismo, na sequência, pôde florescer – a Europa, fundamentalmente. Há outras questões envolvidas quando falamos no desenvolvimento do modo de produção asiático, que teve sua própria sociedade de classes, assim como, também, sua própria passagem à integração capitalista.

¹⁴ *Gens* é a denominação utilizada pela maior referência de Marx e Engels no campo da antropologia, Lewis Henry Morgan, que estudou por 40 anos a constituição da formação social dos iroqueses de seu tempo. Ela implica um tipo de sociedade necessariamente anterior à formação das classes sociais; as instituições gentílicas possuíam como principal característica o fato de serem fundamentalmente igualitárias, sem classes, propriedade privada, família ou Estado.

família comunista e a gens têm consciência das suas obrigações para com os anciãos, os enfermos e os inválidos de guerra. Todos são iguais e livres, inclusive as mulheres. Ainda não há lugar para escravos e, como regra geral, não se subjugam tribos estrangeiras. Quando os iroqueses venceram, em 1651, os érios e as “nações neutras”, propuseram-lhes que entrassem na confederação com iguais direitos [...]. (ENGELS, 2010, p. 123-4).

A coisa muda completamente de figura com a emergência das classes sociais e da propriedade privada, a partir do crescimento da riqueza pertencente à família dominante no interior da *gens*. Mas, justamente pelo fato de isto representar um avanço nas forças produtivas humanas, as formações históricas anteriores à emergência das classes e da propriedade privada estavam fadadas a desaparecer e a serem absorvidas pela conquista dos povos que haviam desenvolvido estes elementos.

Segundo Engels,

Não esqueçamos, todavia, que essa organização estava fadada a perecer [...]. Não foi além da tribo; a confederação de tribos já indica o princípio da sua decadência [...]. O regime das *gens*, no apogeu, como o vimos na América, supunha uma produção extremamente rudimentar e, por conseguinte, uma população muito disseminada por um vasto território – e, portanto, a sujeição quase completa do homem à natureza exterior, que lhe aparecia como incompreensível e alheia. (ENGELS, 2010, p. 125)

As comunidades primitivas anteriores foram, na forma constituída como *gens*, pouco a pouco suplantadas por sociedades divididas socialmente em grandes grupos de indivíduos.

De acordo com Engels:

O poderio dessas comunidades primitivas não poderia deixar de ser destruído, e foi destruído. Desfez-se, contudo, por influências que desde o início nos aparecem como uma degradação, uma queda da singela grandeza moral da velha sociedade gentílica. Os interesses mais vis [...] inauguraram a nova sociedade civilizada, a sociedade de classes; os meios mais ultrajantes minam e derrubam a velha sociedade sem classes das *gens*: o futuro, a violência, a perfídia e a traição. E a nova sociedade, através desses 2.500 anos de sua existência, não tem sido senão o desenvolvimento de uma pequena minoria às expensas de uma grande maioria explorada e oprimida; e continua a sê-lo, hoje mais do que nunca. (ENGELS, 2010, p. 125).

Assim, o excedente econômico desenvolvido passou a ser apropriado pela classe proprietária dos meios de produção, convertendo-o em investimento nas forças produtivas do trabalho adequadas a cada *modo de produção*, ou seja, numa força social para a manutenção da dominação da classe proprietária.

É importante mencionar que após o comunismo primitivo, com a formação das primeiras sociedades de classes, tornou-se necessário um novo aparato organizativo que a humanidade desenvolveu, que também surge nesse limiar, para gerir estas novas forças sociais: o Estado.

Nas palavras de Engels, o Estado realiza a “transformação e a substituição dos órgãos da condição gentílica pela introdução de novos órgãos”. Isto é, o Estado expressa a emergência de “autoridades com poderes realmente governamentais” sobre e contra a massa do povo (ENGELS, 2010, p. 139).

Contando com uma imprescindível

“força pública” armada, a serviço dessas autoridades (e que, por conseguinte, podia ser dirigida contra o povo), usurpou o lugar do verdadeiro “povo em armas”, que havia organizado sua autodefesa nas gens, fratrias e tribos. (ENGELS, 2010, p. 139).

Para Engels, com o desenvolvimento da divisão social do trabalho, o regime das gens começa a ficar caduco, “sendo substituído pelo Estado” como instituição por excelência de organização da nova sociedade dividida em classes sociais (ENGELS, 2010, p. 211-2).

Para o autor, o Estado se caracteriza, primeiramente, “pelo agrupamento de seus súditos *de acordo com uma divisão territorial*”. E, em segundo lugar, “pela instituição de uma *força pública*”¹⁵ separada da população em geral, que já não é mais o “povo em armas” da antiga gens (ENGELS, 2010, p. 214-5).

Uma vez que o Estado surge como instrumento da classe dominante para a organização da sociedade de classes, ele se torna uma necessidade histórica, já que representa o desenvolvimento do novo grau de divisão social do trabalho. De acordo com Engels, “ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade” (ENGELS, 2010, p. 218).

O Estado é, portanto, da classe mais poderosa, já que nasce “da necessidade de conter o antagonismo das classes”, mas como nasce em meio ao conflito, por obra da classe dominante, ele é, “por regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante”. Por meio do Estado, esta classe também se converte em “politicamente dominante”, adquirindo assim “novos meios para repressão e exploração da classe oprimida” (ENGELS, 2010, p. 215-6).

Mészáros resgata o conceito de Estado marxiano, compartilhado também por Engels, afirmando que este, juntamente com a “política em geral”, é uma expressão do antagonismo entre classes, e que tal antagonismo o requer, como um “domínio em separado”. Só assim torna-se possível a reprodução social diante de interesses

¹⁵ Essa *força pública* “existe em todo Estado; é formada não só de homens armados como, ainda, de acessórios materiais, os cárceres e as instituições coercitivas de todo gênero” (ENGELS, 2010, p. 214-5).

materiais mais que conflitantes, antagonizados em classes de indivíduos, sob uma parcialidade (MÉSZÁROS, 2011, p. 567).

O domínio da parcialidade sobre a sociedade como um todo é sempre sustentado pela política como complemento necessário à iniquidade das relações materiais de poder estabelecidas. (MÉSZÁROS, 2011, p. 568).

O que Mézáros quer dizer com esta parcialidade no interior da sociedade é que há um conflito de interesses sociais objetivos, representados pelos interesses de cada parte (parcialidade) em específico. No caso da sociedade burguesa, seus interesses requerem uma classe explorada de forma perpétua, ou seja, o domínio de sua parcialidade sobre outra parcialidade, os trabalhadores. Por isso, seus interesses não podem ser estendidos à universalidade humana.

Marx descobriu que a única parte da sociedade que não poderia dominar “às expensas de outros grupos sociais e classes” seria a classe proletária, pois esta possui uma “função universalizante objetivamente fundada”, apesar de ser também uma dada parte da sociedade; “sua parcialidade é também única, já que não pode ser convertida em uma condição de domínio exclusivo da sociedade”. Trata-se de uma “parcialidade que necessariamente se autoextingue” ao “generalizar sua própria condição de existência” (MÉSZÁROS, 2011, p. 568).

Dessa maneira, a classe que realiza a transformação da natureza no capitalismo, o proletariado, seria a única que possui a potência de que a generalização de sua condição de existência signifique a emancipação da humanidade, a libertação de toda e qualquer exploração de classe.

Por ser a expressão da parcialidade de uma classe sobre outra, o Estado (e a política em geral) é, pois, uma “parcialidade crônica”, que precisa ser negada pela *transcendência*, através da superação das relações materiais antagônicas que o tornam necessário (MÉSZÁROS, 2011, p. 568-9).

Podemos resumir que o Estado é esta precisa expressão política de interesses materiais conflitantes. Engels estudou como se constituíram os Estados grego, celta, germânico e romano, para observar o grau de similitude e distanciamento que há no caminho da dissolução de algum modelo organizativo próximo a uma *gens*, *fratria* ou *tribo*, e como em cada lugar emerge a propriedade privada dos meios de produção, requerendo instituições organizativas adequadas à formação de sociedades escravistas, dissolvendo as que se mantinham com o modelo anterior.

Sobre a emergência da propriedade privada, das classes sociais e do Estado, afirma Marx, “o sistema de produção fundado na troca privada é, para começar, a

dissolução histórica deste *comunismo que surgiu naturalmente*” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2011, p. 708-9, nota 12).

Esta dissolução histórica não ocorreu de uma vez, mas gradativamente em alguns lugares que atenderam às condições necessárias. Devido ao seu poder bélico e ao impulso de escravizar mais povos, as sociedades que permaneciam com características igualitárias foram sendo absorvidas pouco a pouco, num processo que durou toda a história humana. Desde então e até hoje é observável a suplantação das reminiscências de sociedades igualitárias por sociedades hierarquizadas.

De certa forma, a potência das demais formas de organização de sociedades em classes já estava inserida nos momentos iniciais das sociedades estabelecidas, pois, com o crescimento da riqueza excedente e a diversificação das formas de propriedade, ocorreu a transformação dos produtos de trabalhos individuais em mercadorias. A relação de servidão já começa a existir bem cedo, entretanto, estas relações de produção não conseguirão florescer antes que certas condições históricas hajam sido preenchidas.

De acordo com Lessa e Tonet:

As sociedades escravistas (as principais foram a grega e a romana) se caracterizavam pela existência de duas classes sociais antagônicas: os senhores e os escravos. Já que toda a produção destes pertencia ao seu senhor, aos escravos não interessava o aumento da produtividade. Ao contrário, eles afirmavam a sua humanidade rebelando-se contra as tarefas que lhes eram impostas. Por isso, durante o escravismo praticamente não ocorreu o desenvolvimento da técnica e dos métodos de organização de produção. Para os senhores, a única forma de aumentar a riqueza era aumentar a quantidade de escravos que possuíam. Para isso conquistaram enormes impérios, dos quais retiravam os escravos de que necessitavam. (LESSA e TONET, 2011, p. 57)

O feudalismo só pôde tomar o lugar do escravismo quando este começa a esbarrar em barreiras que significavam sua própria essência, mostrando suas debilidades iminentes.

A melhor forma que os senhores de escravos tinham de aumentar sua riqueza era aumentando o número de escravos; com isso, precisavam também aumentar o aparato repressivo para se protegerem das revoltas.

O crescimento do número de escravos fez com que as despesas para manter o exército e o Estado aumentassem tanto que, a partir de certo ponto, o lucro dos senhores não era mais suficiente para pagá-los. Sem recursos, os soldados e os funcionários públicos aos poucos deixaram de defender os senhores, e, com isso, o escravismo entrou na crise que levou ao seu desaparecimento. (LESSA e TONET, 2011, p. 60).

De acordo com Lessa (2011),

O escravismo não possibilitou o desenvolvimento das máquinas, a não ser para a guerra; esta era uma determinação histórica insuperável das relações

de produção escravistas. Analogamente, o feudalismo conheceu um desenvolvimento técnico muito mais acelerado que o escravismo e o modo de produção asiático, porque as relações de produção feudais assim o possibilitaram. (LESSA, 2011, p. 264-5).

A produtividade do trabalho escravo era um limite inerente; o desenvolvimento do artesanato ficava estagnado pelo fato de a escravidão ser o meio fundamental de aquela sociedade se reproduzir¹⁶. Não podiam florescer as potencialidades humanas – essa característica imprimiu um grande limite ao modo de produção escravista (ANDERSON, 2007).

Após o período de desaparecimento da estrutura produtiva e comercial do Império Romano, houve um longo período de desagregação antes que se formasse um novo modo de produzir generalizado para todas as sociedades. O feudalismo foi estruturado de maneiras muito diferentes de lugar para lugar (LESSA e TONET, 2011).

A autossuficiência passou a ser uma necessidade. A interrupção dos contatos entre as localidades mais distantes acarretou uma regressão na produção, na cultura e na sociedade. Por isso, a principal característica do feudalismo foi a organização da produção em unidades autossuficientes, essencialmente agrárias e que serviam também de fortificações militares para a defesa: os feudos. O trabalho no campo era realizado pelos servos. Estes, diferentemente dos escravos, eram proprietários das suas ferramentas e de uma parte da produção. A maior parte dela ficava com o senhor feudal, proprietário da terra e também líder militar, a quem cabia a responsabilidade da defesa do feudo. Ele não poderia vender a terra ou expulsar o servo; este, em contrapartida, não poderia abandonar o feudo. O servo estava ligado à terra e o senhor feudal, ao feudo. (LESSA e TONET, 2011, p. 61-2).

Portanto, apesar de o colapso do Império Romano significar um período de caos na história, livrou a humanidade dos entraves às forças produtivas que se encontravam presas ao trabalho escravo.

Com o feudalismo, o trabalho servil tinha interesse em aumentar a produtividade, já que ficava com uma parte da produção. Mas, à medida que prosperou, a população começou a crescer muito além do que os limitados feudos comportavam. Assim, este sistema de produção também encontrou seus limites históricos¹⁷.

¹⁶ “O retraimento estrutural da escravidão na tecnologia não assentava tanto numa causalidade intraeconômica direta, embora isto fosse importante em si, quanto na ideologia social mediata que envolvia a totalidade do trabalho manual no mundo clássico, contaminando o trabalho contratado e mesmo o independente com o estigma do aviltamento. O trabalho escravo em geral não era menos produtivo do que o livre, embora, na verdade, em certos campos isso ocorresse; mas estabeleceu o ritmo de ambos [...]” (ANDERSON, 2007, p. 27).

¹⁷ “O aumento da produção e da população provocou uma crise no sistema feudal: o feudo possuía mais servos do que necessitava e produzia mais do que conseguia consumir” (LESSA e TONET, 2011, p. 62).

Cada *modo de produção* desenvolveu aquilo que suas características iminentes exigiram e, da mesma forma, tentou ao máximo impedir o desenvolvimento daquilo que ia de encontro às suas leis internas de funcionamento.

De acordo com Mészáros,

Todo sistema de reprodução sociometabólica tem seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalescente mude para um modo qualitativamente diferente. Quando esses limites são alcançados no desenvolvimento histórico, é forçoso transformar os parâmetros estruturais da ordem estabelecida [...] que normalmente circunscrevem a margem global de ajuste das práticas reprodutivas viáveis sob as circunstâncias existentes. (MÉSZÁROS, 2011, p. 216).

Todo modo de produção tem, portanto, seus limites intrínsecos, apenas superáveis mudando-se a maneira de produzir, ou seja, mudando-se a forma de realizar o trabalho. Se uma das características na história do trabalho é produzir sempre melhores produtos, devido ao próprio caráter das forças produtivas, as relações sociais estabelecidas se tornam anacrônicas quando as forças produtivas do trabalho vão além dos limites destas relações de um modo de produção específico.

É quando ocorre uma crise estrutural, de forma que a maneira estabelecida de produzir é forçada a mudar. A crise estrutural não é algo apenas do modo de produção fundado na relação-capital, pois todo modo de produção já existente o possui. Ela é expressa pela revelação dos limites potenciais do sistema, aos quais ele não consegue fugir sem que anule a si próprio.

É importante ressaltar que isto não ocorre sem que a classe dominante utilize todos os mecanismos que seu poder de classe lhe oferece para impedir esta alteração na forma do metabolismo humano, já que lhes favorece como classe proprietária.

Uma questão que precisa ser aqui mencionada é a maneira como os modos de produção anteriores ao capitalismo transformaram seu meio ambiente. Estas formas de produção também realizaram grandes transformações na natureza. Já com as sociedades tributárias (Suméria, Mesopotâmia), por serem predominantemente agricultoras, achavam-se “vulneráveis ao colapso ecológico decorrente da destruição do solo” (FOSTER, 1999, p. 37).

O definhamento dos sumérios é um dos primeiros exemplos conhecidos de uma espécie de extrapolação (*overshoot*) ecológica numa escala regional, como também o Império Romano, que com imensas transformações agrícolas, reduziu a um deserto o norte da África, da Tunísia ao Marrocos. O feudalismo também tinha como traço marcante ter como base a agricultura. apesar de Foster considerar que este

modo de produção devastou menos sistematicamente, ainda assim o fez em uma “escala massiva” (FOSTER, 1999, p. 38-9).

Dessa maneira, podemos concluir que os modos de produção pré-capitalistas também devastaram a natureza, de acordo com a forma social daquela produção, em suas específicas relações com a natureza. O que ocorre de novo com o modo de produção capitalista é que:

Primeiramente, o capitalismo, nos últimos séculos, foi muito bem-sucedido na “conquista” da terra, em que seu campo de operação para a destruição foi mudado de um nível regional para planetário. Em segundo lugar, a exploração da natureza se tornou mais e mais universalizada porque os elementos da natureza, juntamente com as condições de existência humana, foram crescentemente trazidos para dentro da esfera da economia e submetidos à mesma medida, a lucratividade. (FOSTER, 1999, p. 34-5).

Esta novidade com a emergência do capitalismo é o que evidencia seus problemas ecológicos: a esfera global da economia enseja, pela primeira vez na história, a devastação da natureza no nível planetário.

Antes de expormos as questões decisivas do sistema do capital quando este assume o comando global do metabolismo humano com a natureza, é necessário demonstrar quando o capital tem início, como objetividade social, na história humana. Sua origem e desenvolvimento inicial se dão ainda como um elemento subordinado a outras formas de metabolismo social com a natureza.

3.3 O capital: do que se trata?

Antes de assumir uma supremacia planetária, o capital é apenas uma relação social entre os homens, e como tal possui características essenciais que o acompanham em toda a história, desde seu aparecimento até sua maturidade.

Antes de tudo, o capital é uma relação. Assim, o capital na sua forma mais simples e primitiva é uma relação social entre pessoas. Marx algumas vezes se refere ao capital como a relação-capital¹⁸, mas o que isto quer dizer? Em primeiro lugar, que o capital não é apenas uma coisa¹⁹ palpável, passível de ser captada tão só pelos

¹⁸ Como, por exemplo, na passagem: “a relação-capital é uma *relação de compulsão*, cuja finalidade é extrair o trabalho excedente pelo prolongamento do tempo de trabalho” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2011, p. 708).

¹⁹ Ele pode se expressar ou se manifestar em coisas, mas não pode ser reduzido à sua forma de expressão ou de manifestação. Segundo Netto e Braz, “o dinheiro, em si mesmo, não é capital; ele se converte em capital apenas quando compra força de trabalho e outras mercadorias para produzir novas mercadorias (novos valores de uso e de troca) que serão vendidas por mais dinheiro. Vê-se, pois, que o capital não é uma coisa ou um conjunto de objetos – ele só existe na medida em que subordina a

sentidos. Aqui, diferentemente dos objetos das ciências naturais, é necessário fazer uso do instrumento por excelência do cientista social, a abstração²⁰, como Marx menciona no prefácio à primeira edição do livro um d'O *Capital*²¹.

Engels comenta que na fase superior da barbárie, junto ao trabalho escravo, já aparece *esporadicamente* o trabalho assalariado (ENGELS, 2010, p. 88-9). Ou seja, os elementos constituintes do capital não passaram a existir apenas entre os séculos XV e XVIII com o seu caráter mais globalizado, mas são muito anteriores a isto. O capital é, de fato, milenar.

Quando o mercado passa a existir com as sociedades estabelecidas, logo se desenvolvem as *formas pré-capitalistas de capital*, sendo possível comercializar a força de trabalho abstraída do trabalhador isolado, vendendo x horas da sua força de trabalho aplicada a alguma atividade produtiva. Entretanto, neste momento ainda não é possível que isto ocorra como uma relação predominante na humanidade – apenas com alguns poucos povos (fenícios e cartagineses na Antiguidade; judeus e lombardos na Idade Média, por exemplo) e com um limite bem demarcado pelos *modos de produção* anteriores.

A primeira forma em que aparece o capital pressupõe apenas o movimento de “comprar para vender”, isto é, o aspecto “formal do comércio”, “o capital como capital mercantil”. É fundamental notar que neste período, os povos que monopolizavam o comércio estavam “entre povos cujo modo de produção não está ainda determinado pelo valor de troca como pressuposto fundamental” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2011, p. 711, nota 16).

Prossegue Marx:

Capital comercial é apenas capital circulante, e capital circulante é a primeira forma de capital, na qual ele *ainda não se tornou de modo algum o fundamento da produção*. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2011, p. 711, nota 16, itálicos de Marx).

força de trabalho; de fato, o capital, mesmo que se expresse através de coisas (dinheiro, objetos, mercadorias), é sempre uma relação social” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 111).

²⁰ Neste ponto, é importante fazer uma distinção da acepção comum de abstração de que é algo que ocorre apenas no pensamento, sem conexão com a realidade, com a abstração no sentido empregado por Marx, que se parece mais com uma “abstração realizada pelo processo social” (LUKACS, 1972, p. 49-50), uma abstração que é real, e que por isso mesmo precisa ser recuperada a fim de reproduzir no pensamento aquilo que ocorre objetivamente na própria realidade. Trata-se de uma abstração que a realidade do processo social opera e que por isso mesmo o pensamento, para captá-lo em sua concreticidade ricamente articulada, precisa proceder como ele.

²¹ “Na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos” (MARX, 1985a p. 11-2).

Apesar desta possibilidade histórica ainda no escravismo e no feudalismo, a forma de trabalho assalariada e o capital apenas puderam desenvolver-se mais plenamente quando a humanidade reuniu algumas outras condições básicas, requisitos históricos de sua generalização espacial pelo planeta. O desenvolvimento técnico e social ainda era muito incipiente nos modos de produção anteriores.

Marx comenta que “somente com a chegada da produção capitalista o valor de *uso* é, pela primeira, vez mediado *genericamente* pelo valor de *troca*” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2011, p. 707, itálicos de Marx). O que significa que enquanto ele existe apenas esporadicamente, temos formas pretéritas de capital.

Então o capital e o modo de produção capitalista não são exatamente a mesma coisa? A resposta a esta questão está na exposição de Marx, que consegue desvelar o capital como relação, com sua origem subordinada a outros modos de produção; sua forma desenvolvida, com sua explicitação pelo mundo e espraiamento pelas diversas esferas da sociedade, tornando-se senhor do metabolismo social; e a possibilidade histórica de superar este modo de produção.

István Mészáros defende que Marx tinha em mente esta distinção fundamental entre as formas pré-capitalistas de capital e o capital plenamente desenvolvido em toda a sua vida.

O modo de produção sob o domínio do capital é, pois, a forma social mais recente e mais desenvolvida de reprodução do antagonismo de classes na sociedade. Segundo Marx, também é a última forma de reprodução deste antagonismo:

[...] As relações de produção burguesa são a última forma antagônica do processo de produção social, que nasce das próprias condições de existência social dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo [...]. (MARX, 2008, p. 48-51).

Mas ao que o capital seria antagônico? Certamente em relação ao aspecto fundante da humanidade, pois só assim pode ele assumir a supremacia sobre o metabolismo social, comandando de forma irresistível o trabalho. Segundo Mészáros, “a condição crucial para a existência e o funcionamento do capital é que ele seja capaz de exercer *comando sobre o trabalho*”. Esta é uma condição absoluta do capital, e apenas porque consegue reproduzir constantemente essa e outras condições, ele pode assumir um caráter crescentemente onipotente (MÉSZÁROS, 2011, p. 710, itálicos do autor).

Dessa forma, o capital suplanta todas as barreiras para se assumir como modo de produção antagonista por excelência, apesar de abrir a possibilidade de os

seres humanos se libertarem da exploração de uns por outros com a sua superação. O capital consegue ter sucesso em submeter as forças que se lhe opõem com certo grau de excentricidade no que concerne à produção e ao seu controle, já que realiza uma separação progressiva dos produtores de seus meios materiais de existência.

Segundo Mészáros, uma das questões-chaves que ocorrem na história humana que favorece o capital e que é ao mesmo tempo alimentada por ele, é a quebra da autossuficiência da economia doméstica:

As unidades básicas das formas antigas de controle sociometabólico eram caracterizadas por um grau elevado de autossuficiência no relacionamento entre a produção material e seu controle. Isto se aplica não apenas às comunidades tribais primitivas, mas também à economia doméstica das antigas sociedades escravistas e ao sistema feudal da Idade Média. Quando esta autossuficiência se quebra e progressivamente dá lugar a conexões metabólicas/reprodutivas mais amplas, já estamos testemunhando o vitorioso avanço do modo de controle do capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 101).

Por isso, uma das questões decisivas para a transformação da ocorrência da relação-capital de sua maneira isolada, suas formas pré-capitalistas, para o seu desenvolvimento ao atingir uma amplitude global, a emergência do capital global, foi o estabelecimento de conexões metabólicas/reprodutivas mais amplas, através do mercado.

É fato que o modo de produção capitalista “aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’”, como Marx menciona no capítulo A Mercadoria, o primeiro de *O Capital*. Ele expõe sua investigação sobre a natureza da mercadoria, descobrindo nesta duas maneiras de expressão de valor: o valor de uso e o valor (que se expressa no valor de troca).

Todo trabalho objetivado, para ser considerado trabalho, deve responder a um valor de uso, pois os valores de uso são “o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. A peculiaridade dos valores de uso produzidos sob a forma da sociedade burguesa é que estes são, “ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca”. Portanto, como valor de uso as mercadorias fabricadas pelo trabalho são “condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 1985a, p. 45-6/50).

Ser portador do valor de troca, por outro lado, significa que o produto é considerado apenas do ponto de vista do valor, que é o quanto de trabalho humano abstrato que foi nele acumulado, independentemente da forma em que foi e por quem foi; são apenas “cristalizações dessa substância social”, e o que é considerado é

apenas o “trabalho humano abstrato”. Marx comenta que esta é uma “duplicidade” oriunda da natureza das próprias mercadorias (MARX, 1985a, p. 47).

Mais uma vez destacamos a importância conferida ao trabalho como categoria fundante do ser social; por isso, ao ser analisada a sociedade burguesa, é a forma de objetivação do trabalho nesta sociedade que deve ser observada pelo prisma das suas mais complexas transmutações sofridas.

O trabalho, portanto, tem um duplo aspecto, que é representado nas mercadorias: gerar valor, cristalizando essa substância social no produto, e também, satisfazer necessidades, responder a uma finalidade, a um uso específico.

O motivo de se concentrar nas contradições da relação moderna entre homem e natureza, através das características históricas do trabalho, é expresso por Marx ao tempo que este enfatiza qual o polo da relação que deve ser focado e por quê, na seguinte citação:

O que exige explicação não é a *unidade* de seres humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza e, portanto, sua apropriação da natureza; nem isto é o resultado de um processo histórico. O que tem de ser explicado é a *separação* entre essas condições inorgânicas de existência humana e a existência ativa, uma separação somente completada, plenamente, na relação entre trabalho assalariado e capital. (MARX, 2011, p. 82, itálicos de Marx).

Fica claro para Marx que ocorre um novo nível de separação entre a humanidade e a natureza, que coincide com a emergência histórica do capital como comando absoluto do metabolismo social.

O modo de produção do capital traz uma série de particularidades em relação a outros modos de produção em suas específicas relações com a natureza estabelecidas, constituindo uma força determinante na estrutura social sem precedentes, na medida em que seu dinamismo apresenta o caráter contraditório de, ao tempo que atinge novos patamares produtivos, também significa a completa perda do controle da produção direta, cindindo a relação entre produção e controle como nenhum outro modo de produção o havia feito (MÉSZÁROS, 2011).

O capital emergiu nos interstícios da sociedade feudal graças ao seu *dinamismo totalizador*, que trouxe um preço paradoxal a ser pago: “a perda de controle sobre os processos de tomada de decisão” (MÉSZÁROS, 2011, p. 97).

Segundo Mézszáros, a “economia doméstica” da Antiguidade e da Idade Média estava voltada para a produção e o consumo direto do valor do uso (MÉSZÁROS, 2011, p. 102). Já com o metabolismo social do capital, a situação é outra, pois ele é exatamente a generalização da quebra desse nível de autonomia. A quebra da

autossuficiência da economia doméstica significou a abertura para um modo de produção que é, necessariamente, a desconsideração progressiva das necessidades humanas para satisfazer as necessidades de reprodução ampliada do capital.

As formas pré-capitalistas de capital ganharam maior êxito à medida que as forças produtivas produziram um mercado mais ampliado, uma maior divisão social do trabalho, fabricando uma demanda sempre crescente com uma pesada ajuda do Estado. As transformações por que passou a sociedade nos séculos XV e XVI acham-se gravadas na história; os avanços realizados nos interstícios da sociedade feudal em declínio foram visíveis em diversos campos. É interessante observar a mudança de consciência, em consequência das transformações do trabalho, ocorridas para tornar mais aceitáveis a mercantilização das coisas como necessidade histórica, a liberdade para utilizar as crescentes relações de comércio como um fato novo descoberto pela humanidade.

Pelo fato de não possuir as condições necessárias para o desenvolvimento do comércio nos modos de produção anteriores, estas relações foram sempre tolhidas, escanteadas, ou consideradas de alguma forma impuras. Tanto no escravismo²² quanto no feudalismo²³, as relações comerciais eram abominadas se praticadas sem sérias restrições. Isto aparece como uma rejeição mascarada por contextos específicos, como no feudalismo, por exemplo, em que eram utilizados preceitos religiosos da Idade Média que repudiavam as relações comerciais.

Até mesmo a produtividade não era referência na Antiguidade e na Idade Média; a riqueza pela riqueza não podia constituir-se como o fundamento da produção. “A riqueza como um fim em si surgiu somente entre uns poucos povos comerciantes [...] que viveram nas franjas do mundo antigo” (MARX, 2011, p. 80).

De acordo com Laski (1973),

No final do século XV o espírito capitalista começou alcançando uma posição preponderante no espírito dos homens [...]. A busca da riqueza pela riqueza converteu-se no principal motivo da atividade humana. Enquanto a Idade Média a ideia de aquisição de riqueza era cerceada por um conjunto de regras morais impostas sob a sanção da autoridade religiosa, depois de 1500, essas regras e as instituições, hábitos e ideias a que tinham dado origem deixaram de ser tidos na conta de adequados. Passaram a ser considerados uma barreira repressiva. Foram contornados, criticados e, finalmente, abandonados [...]. Eram necessárias novas concepções que legitimassem as

²² “A nenhum romano era permitido levar a vida de um pequeno comerciante ou artesão” (MARX, 2011, p. 73).

²³ É conhecida a abominação da Igreja Católica pela usura e outras práticas comerciais que implicavam alguma liberdade de mercado na Idade Média.

novas potencialidades de riqueza que os homens haviam descoberto, pouco a pouco, nas eras precedentes. (LASKI, 1973, p. 14-5).

Aos poucos, o sentimento da riqueza pela riqueza entre os homens proliferou como resultado do desenvolvimento da base técnica e social da humanidade, abrindo passagem para os ditames do mercado em expansão e rompendo as fronteiras sociais e políticas onde antes o capital encontrava sérias restrições.

Para Laski,

As potencialidades de produção não podiam continuar sendo exploradas dentro dos limites do velho sistema. Pouco a pouco, os novos homens – e seus novos métodos – indicaram o caminho para a criação de um volume de riqueza inatingível na antiga sociedade. A atração dessa riqueza gerou expectativas que essa sociedade [feudal], dadas as suas premissas, não podia cumprir. (LASKI, 1973, p. 17-8).

Entretanto, a mera acumulação de riqueza no espírito dos homens devido ao avanço das forças produtivas do trabalho ainda não é o suficiente para entender a forma de capital ulteriormente desenvolvida, pois se trata de algo ainda mais específico e determinante.

Como o capital comercial e usurário não é ainda a forma mais desenvolvida de capital, quando o capital ainda está restrito a tais formas, significa que não conquistou o *fundamento da produção*; a forma plena de capital apenas se revela ao consumir-se como o *capital produtivo*, ou seja, a forma capitalista de produzir.

Para destrinçar minimamente o que se altera com esta forma capitalista de produzir, ou o capital produtivo, utilizaremos o próprio Marx.

Em primeiro lugar, não há uma relação unicausal da Revolução Industrial sobre o capital produtivo; não foi de uma mera evolução da base técnica que surgiu o capital produtivo e a questão decisiva não é apenas a descoberta da máquina a vapor. Segundo Marx, o capital obteve sua vitória decisiva quando os “possuidores de dinheiro” acumulado lograram o êxito na mercantilização da mercadoria mais importante de todas as que já haviam comercializado: a força de trabalho vendida como mercadoria, levada ao mercado pelo próprio possuidor²⁴.

Por esse motivo, Marx define o começo da produção capitalista da seguinte maneira:

A produção capitalista começa, de fato, apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores, onde

²⁴ “Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica – a capacidade de trabalho ou força de trabalho” (MARX, 1985a, p. 134-5).

o processo de trabalho, portanto, amplia sua extensão e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do capitalista. (MARX, 1985a, p. 257).

A questão decisiva é, portanto, a alteração fundamental na forma como o trabalho é posto para executar a transformação da natureza. A situação histórica de aglomeração das massas trabalhadoras com o declínio do feudalismo permitiu o emprego de um maior número de trabalhadores num mesmo lugar, executando ao mesmo tempo as tarefas de um processo de trabalho. Trata-se da descoberta histórica de que construindo uma fábrica, por exemplo, para vinte pessoas trabalharem, “custa menos trabalho” do que construir dez fábricas em que em cada uma delas duas pessoas trabalhem. Ou seja, a generalização da relação-capital esteve circunscrita pela possibilidade histórica de reunir maiores quantidades de trabalhadores concentrados numa atividade de maior escala.

Segundo Marx, “a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação” (MARX, 1985b, p. 259)²⁵. Ela adquire sua “forma clássica” com a manufatura (MARX, 1985b, p. 265-267). Esta forma de trabalho pressupõe sempre uma maior força, com menos quantidade de trabalho, decorrente do “mero contrato social” (MARX, 1985b, p. 259-260).

Entretanto, quem coloca em operação este processo é o novo comando sobre o trabalho. A classe que conseguiu realizar esta otimização do processo de trabalho, a burguesia, o fez assumindo o comando da produção como uma exigência da articulação de vários processos combinados, vendo-se assim livre do trabalho manual, mas ao mesmo tempo antagonizada em relação a este, tendo como sua função histórica exatamente exercer o comando sobre o trabalho manual.

Assim comenta Marx:

O comando do capital sobre o trabalho parecia originalmente ser apenas consequência formal do fato de o trabalhador trabalhar, em vez de para si, para o capitalista e, portanto, sob o capitalista. Com a cooperação de muitos trabalhadores assalariados, o comando do capital converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira

²⁵ Marx comenta que havia cooperação no mundo antigo e na Idade Média, mas de um caráter completamente diferente, subordinado às formas de trabalho antigas. Já com a cooperação oriunda do modo de produção capitalista é diferente: “a utilização da cooperação em grande escala no mundo antigo, na Idade Média e nas colônias modernas baseia-se em relações diretas de domínio e servidão, na maioria das vezes na escravidão. A forma capitalista pressupõe, ao contrário, desde o princípio o trabalhador assalariado livre, que vende sua força de trabalho ao capital” (MARX, 1985b, p. 265).

condição da produção. As ordens do capitalista no campo de produção tornam-se agora tão indispensáveis quanto as ordens do general no campo de batalha. (MARX, 1985a, p. 262-3).

Essa exigência da cooperação ocorre porque a própria cooperação não aparece como força produtiva do trabalho, como uma potencialidade do próprio metabolismo humano, o que ela é de fato, mas como “força produtiva do capital” (MARX, 1985b, p. 265).

A própria cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista, em contraposição ao processo de produção de trabalhadores isolados independentes ou mesmo pequenos mestres. (MARX, 1985b, p. 265).

A acumulação primitiva de capital²⁶ realizada pela burguesia enquanto ainda meros “possuidores de dinheiro”, teve a função de reunir as condições necessárias para que os produtores diretos fossem obrigados a oferecer à venda, voluntariamente, a sua força de trabalho, mas como única opção de subsistência possível²⁷. A assim chamada acumulação primitiva completou a separação dos produtores e seus meios de produção, já que uma das condições a ser preenchida era a necessidade de que o possuidor da força de trabalho, “ao invés de poder vender mercadorias em que seu trabalho se tenha objetivado, precise, muito mais, oferecer à venda como mercadoria sua própria força de trabalho, que só existe em sua corporalidade viva” (MARX, 1985a, p. 136).

Sem meios para a produção de sua existência, retirados pela nova classe dominante formada nos últimos séculos, os dispensados das produções servis passam a adensar cada vez mais as fileiras dos candidatos a uma vaga na mais nova forma predominante de produzir, a industrial-capitalista. Portanto,

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato. De um lado possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante a compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. (MARX, 1985a, p. 262).

Os trabalhadores da indústria capitalista são completamente diferentes de todos os que realizaram o trabalho manual da humanidade anteriormente na sua relação com os meios de produção, pois “nem pertencem diretamente aos meios de

²⁶ O “ponto de partida” do modo de produção capitalista (MARX, 1985b p. 261).

²⁷ “A força de trabalho como mercadoria só pode aparecer no mercado à medida que e porque ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria por seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa” (MARX, 1985^a, p. 139).

produção, como os escravos, os servos, etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como o camponês economicamente autônomo” (MARX, 1985a, p. 262).

Assim, Marx identifica o desenvolvimento histórico do capital e, neste ponto, menciona que ele “pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho”, como requisito para sua generalização para o mundo, e que a acumulação primitiva de capital, realizada com forte intervenção do Estado, foi decisiva para este desenvolvimento final (MARX, 1985b, p. 262).

É possível, portanto, entender este processo que descreve Marx, como sendo o originário de uma nova forma de realizar o metabolismo social, um novo tipo de relação que emerge dos processos histórico-sociais construídos pelos próprios seres humanos, por necessidades também socialmente postas pela história. A emergência da relação-capital desenvolvida como forma predominante de realizar o metabolismo faz surgir dois novos grandes sujeitos na história: as duas classes que protagonizam este novo modo de produção, a burguesia e o proletariado, sendo os primeiros, ocupantes da função na estrutura produtiva de proprietários dos meios de produção e subsistência, e os segundos, os produtores diretos da riqueza, ou seja, os responsáveis reais pela produção de nossa existência, na medida em que são eles que realizam o metabolismo fundamental que a espécie humana exerce em conexão com o restante do ser natural, em sua forma mais desenvolvida até hoje. Isto não significa que não haja outras classes sociais, mas as fundamentais para a organicidade do sistema social do capital são as duas classes que, exatamente devido a seu caráter de antagonismo absoluto, são inconciliáveis.

Além da produção de duas classes antagônicas na base do metabolismo humano, o capital produz uma força social que domina os homens para extrair este excedente de trabalho infinitamente, o máximo excedente de trabalho possível. É assim que Mészáros sintetiza a definição essencial de todas possíveis formas do sistema do capital desenvolvido:

A mais elevada extração praticável do trabalho excedente por um poder de controle separado, em um processo de trabalho conduzido com base na subordinação estrutural hierárquica do trabalho aos imperativos materiais de produção orientada para a acumulação – “valor sustentando-se a si mesmo” (Marx) – e para a contínua reprodução ampliada da riqueza acumulada. (MÉSZÁROS, 2011, p. 781).

Esta síntese de Mészáros, com base na definição de Marx, é bem abrangente e reflete *qualquer* forma social do sistema do capital.

O capital, tal como identificado por Marx, passou por profundos desenvolvimentos particulares sem nunca perder sua essência, e desde que se tornou um sistema abrangente na escala global, nunca deixou de ser uma “bomba de extrair trabalho excedente” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2011, p. 103, nota 7).

É por conta destes elementos que, na análise da sociedade humana, o capital se tornou o “poder econômico onipotente da sociedade burguesa” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2011, p. 701-2). A aparência de não dominação criada e desenvolvida pelas personificações do capital não altera a sua essência antagônica ao trabalho e, portanto, a humanidade.

É exatamente por cindir a própria humanidade em dois polos antagônicos, inconciliáveis, e também por elevar os problemas ambientais na relação com a natureza ao nível planetário, quando emerge como modo de produção predominante, que o domínio do capital não pode ser negligenciado da análise dos problemas ambientais do mundo contemporâneo, pois ele, em si, é o fator mais determinante no que concerne à escala global desses problemas.

3.4 O capitalismo desenvolvido e o Estado

De acordo com Engels, como exposto no item 3.2, o Estado é a instituição que surge com as classes sociais, substituindo o verdadeiro “povo em armas” das sociedades igualitárias por uma “força pública” em separado do povo, incorporando aparatos de coerção com a finalidade de proteger os interesses das classes dominantes. Com o sistema do capital não é diferente. O Estado moderno é parte integrante do sistema do capital, pois “é a combinação única de capital, trabalho assalariado, mercado mundial e o Estado moderno que, juntos, identificam a formação capitalista em sua especificidade histórica” (MÉSZÁROS, 2011, p. 588-9).

Mészáros observa que o Estado moderno (o Estado do capital)

corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente. É isto que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital. Precisamente porque as unidades econômicas reprodutivas do sistema têm um caráter incorrigivelmente centrífugo [...] a dimensão coesiva de todo o sociometabolismo deve ser constituída como uma estrutura *separada* de comando político totalizador. (MÉSZÁROS, 2011, p. 121).

Mas, apesar de o Estado incorporar uma estrutura de comando totalizadora, já que corporifica a *dimensão coesiva* do capital, ele permanece com seu caráter

profundamente voltado contra o trabalho. É uma coesão baseada na subordinação estrutural do lado do trabalho e em favor do capital.

O princípio estruturador do Estado moderno, em todas as suas formas [...], é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente. (MÉSZÁROS, 2011, p. 121).

Por isso, não há nenhuma esperança de que o Estado venha a possuir uma roupagem que o leve a subverter o capital, pois sua própria essência está constituída entremeadada à essência do capitalismo global. Qualquer tentativa de considerar o Estado como um agente benevolente ou “neutro” na luta de classes é uma concessão à falsificação que as personificações do capital realizam, muitas vezes através do Estado, para defender a ordem social do capital como a única e a melhor possível diante de toda a potencialidade humana.

Segundo Mézáros, o sistema do capital é caracterizado por uma *irrestringibilidade* dos seus princípios constitutivos. Tanto em termos positivos como negativos, na medida em que carrega a capacidade de suas “estruturas produtivas internamente incontroláveis” encontrarem sempre saídas para a expansão e acumulação, também pode colidir com “obstáculos criados por sua própria articulação dualista”. Daí o papel do Estado como “reparador” destas distorções na forma de ser do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 122).

Na realidade, segundo Mézáros,

O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital – é, ao mesmo tempo, o pré-requisito necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um sistema viável, e o quadro geral para a completa articulação e manutenção deste último como *sistema global*. Neste sentido fundamental, o Estado – em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador – deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto. (MÉSZÁROS, 2011, p. 124-5).

Por sua função estrutural, muitas vezes o Estado é entendido equivocadamente como o poder “controlador” da ordem do capital, como se possuísse meios reais de *restringir* o capital, quando na verdade está conectado inextricavelmente com a garantia da *irrestringibilidade* do capital.

Por isso, o problema não está na *forma* concreta de um determinado tipo do *Estado*, mas na própria *essência* dele, como Marx mostrara em *Glosas críticas marginais...* (2010), já que o Estado em si (e a política em geral) pressupõe a divisão da sociedade em diferentes classes sociais, e o Estado moderno (o do capital)

pressupõe o trabalho abstrato, a máxima extração do trabalho excedente dos produtores submetidos (MÉSZÁROS, 2011).

Portanto, não foi apenas no período inicial do capital, na sua acumulação primitiva, que o capital recorreu à pesada intervenção estatal, mas o próprio sistema reprodutivo social do capital sempre foi dependente da sua *estrutura de comando político totalizador*; até mesmo os liberais clássicos, que defendiam a liberalização do mercado de sua camisa de força estatal, não descartavam completamente o Estado, apenas esbravejavam sobre a necessidade de irrestringibilidade do capital que nesse momento histórico encontrava nele um elemento ainda com muitas restrições para o desenvolvimento mais abrangente das estruturas de mercado. Uma vez concretizadas formas estatais condizentes com tal irrestringibilidade, o Estado chegou à sua forma adequada ao desenvolvimento do capital desvincilhando-se de tais elementos.

Nesse sentido, o que ocorreu na história da relação entre capital e Estado com o liberalismo econômico não foi a afirmação do capital contra a afirmação do Estado, como se fossem antípodas, mas pelo contrário, o Estado ficou, junto ao capital, mais e mais forte, mais e mais interventor, mais e mais caracterizado pela extração industrial-capitalista do trabalho excedente.

Antes do desenvolvimento da doutrina liberal, o Estado almejado pela burguesia era um que conciliava seus interesses com os interesses de uma nobreza mais moderna, que também aceitava esta conciliação, pois reconhecia o vitorioso avanço da classe enriquecida pelas relações comerciais em ascensão. O Estado absolutista era um Estado autossuficiente, forte, interventor, ainda com características restritivas e monopolistas, mas que já se convertera em “mordomo do mercado” (LASKI, 1973).

Segundo Laski, a burguesia lança os alicerces de um “Estado autossuficiente” ainda no século XVI. Estas bases são as descobertas de um “novo mundo físico”, tanto no sentido geográfico quanto ideológico.

Para Laski,

Em sua essência, é a perspectiva de uma nova classe que, uma vez investida de autoridade, está convencida de que pode remodelar os destinos do homem muito mais adequada e eficientemente do que foi feito no passado. (LASKI, 1973, p. 62).

O século XVII é o século que marca a vitória da burguesia e o palco pioneiro foi sem dúvida a Inglaterra. Isto não quer dizer que a burguesia apenas é dominante a partir deste período, pois se vinha maturando, juntamente com a força do capitalismo

comercial/mercantil, uma ofensiva na esfera política por parte desta classe, para consolidar uma vitória econômica que se desenvolveu nos séculos anteriores com o crescimento vertiginoso do comércio e das cidades.

O que ocorre neste século é que a vitória burguesa do campo econômico, já praticamente consolidada por séculos de avanços do volume dos comércios e do crescimento da população “livre”, é reconhecida no campo político, obtendo maior plenitude em sua dominação sobre as demais classes sociais. Isto significou um Estado ainda mais voltado aos interesses burgueses, em suma, à reprodução do capital.

O fato de isto ter ocorrido com pelo menos um século e meio de antecedência na Inglaterra em relação à França é explicável através do desenvolvimento particular das relações de produção na Inglaterra, que possibilitou uma quebra com os padrões feudais mais facilmente do que na França.

Hill destaca que havia na Inglaterra

Um vasto capital que os comerciantes, os pequenos proprietários rurais e os aristocratas ansiavam por investir no desenvolvimento industrial, comercial e agrícola livre de restrições. Este fato era constantemente contrariado pelas sobrevivências feudais na cidade e no campo e pela política governamental, que se empenhava deliberadamente, no interesse da antiga classe dominante terra-tenente, em restringir a produção e a acumulação de capital. (HILL, 1985, p. 47).

Nesse momento, a burguesia se digladiava contra os “proprietários feudais e a oligarquia dos grandes mercadores aliados à Corte, que procuravam monopolizar os lucros” (HILL, 1985, p. 47). Por isso, os interesses da burguesia nesse momento acabavam por representar os interesses de toda a população em dissolver aqueles aparatos estatais que protegiam de forma monopolista e parasitária fatias lucrativas do mercado. Aqui, burguesia e os trabalhadores em geral estavam unidos contra o Estado feudal, mas após a vitória política, é revelado que a verdadeira vitória é da nova classe possuidora dos meios de produção, apenas da burguesia.

Esta vitória política que abria caminhos para o capitalismo significava que os antigos “pequenos patrões e camponeses independentes” seriam transformados progressivamente em proletários. E assim, a relação entre capital e trabalho se desembaraça de seu revestimento de aliança política contra o feudalismo, para tomar corpo o novo antagonismo que se desenlaça entre capital e trabalho.

A Revolução Francesa também teve um caráter semelhante, na medida em que foi a conquista do poder político pela burguesia francesa que já possuía supremacia econômica há algum tempo, mas com suas particularidades, pois se a

Inglaterra foi o modelo econômico do mundo capitalista, a Revolução Francesa se transformará no espelho político e ideológico deste mundo. Seus princípios e valores se espalharão pelo mundo muito mais do que os ingleses um século e meio antes.

De acordo com Hobsbawm,

A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não europeu. No entanto, foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas ideias. (HOBSBAWM, 2008, p. 9).

A grande obra da Revolução Francesa, para o autor, decorre de que, através da influência francesa, a “ideologia do mundo moderno” conquistou as antigas civilizações que até então resistiam às “ideias europeias”. Segundo ele, as diferenças entre a Grã-Bretanha e a França e seus processos de “dupla revolução” são mais complementares do que competitivas (HOBSBAWM, 2008, p. 9, nota 1).

É assim que Hobsbawm chama este período vitorioso do capitalismo industrial, dando um preciso significado da inter-relação entre as esferas econômica e política. Mesmo que o fundamental tenha sido a base econômica, que alterou essencialmente a substância material da humanidade, o trabalho, esta transformação só pôde se completar e tornar-se de fato mundial com a decisiva vitória política da burguesia como classe dominante, ao capturar o Estado e desenvolver melhor as bases técnicas e econômicas necessárias à sua dominação. Por isso, Hobsbawm menciona que as duas dimensões da revolução que ocorreu na Europa são uma “cratera gêmea de um vulcão regional bem maior” e só podem significar o triunfo do “capitalismo liberal burguês” (HOBSBAWM, 2010, p. 19-20).

O que ocorreu em suma foi a vitória econômica do capitalismo que se transformava em vitória também política nos dois principais países em que as relações de comércio mais se desenvolveram, e foi essa “dupla revolução” que tornou possível um maior poder de espraiamento do sistema capitalista pelo mundo.

É importante entender que o Estado moderno nasce com o capitalismo, com uma diferença importante em relação aos modos de produção anteriores: ele incorpora uma aparência de não dominação, devido ao fato de expressar certa coesão na sociedade do capital, mesmo que sobre uma base social candente de conflitos.

Este é um dos elementos fundamentais para situar a emergência do movimento ecologista que procura integrar as demandas da preservação da natureza a um mundo capitalista. As medidas políticas concedidas pelo capital através do Estado para proteger as florestas ou evitar exageros na utilização de recursos naturais não fogem às necessidades históricas prioritárias deste sistema sociometabólico.

O Estado, no século XX, se revelou, na verdade, cada vez mais uma força fundamental que toma parte nas destruições ambientais operadas neste sistema social. As duas guerras mundiais, por exemplo, foram deflagrações operadas por necessidades econômicas de lucratividade da burguesia, mas por meio dos Estados-nacionais.

Antes mesmo da I e II Guerras Mundiais, já se podia perceber o movimento da relação do Estado e do capital de “complementaridade” (Mészáros) através da emergência de uma produção militarista.

Mészáros relembra uma passagem de Rosa Luxemburgo:

Na forma de contratos governamentais para o suprimento do exército, o poder de compra pulverizado dos consumidores é concentrado em enormes quantidades e, livre dos caprichos e flutuações subjetivas do consumo pessoal, alcança um crescimento ritmado e quase regularmente automático. O próprio capital controla, no fim das contas, este movimento automático e ritmado da produção militarista por meio do legislativo e da imprensa, cuja função é moldar a assim chamada “opinião pública”. É por isso que este setor particular da acumulação capitalista parece, à primeira vista, capaz de expansão infinita. (Luxemburgo *apud* MÉSZÁROS, 2011, p. 603).

Esta passagem expressa exatamente o início de um setor produtivo cada vez mais fundamental à reprodução ampliada do capital e que só pode existir em virtude de uma profunda participação do Estado, sendo este o principal cliente deste setor produtivo, forjando uma possibilidade de *expansão infinita*. O Estado, nesse sentido, assume a responsabilidade de criar uma demanda para a indústria capitalista que possa ser recriada sempre que necessário para satisfazer a acumulação de capital.

A passagem de Rosa Luxemburgo é anterior à Primeira Guerra Mundial; ela percebia um fenômeno em seu berço, mas que encontrou um desenvolvimento avassalador durante todo o século XX. Mészáros comenta que a “adoção geral” do complexo militar-industrial no capitalismo se dará apenas após a Segunda Guerra Mundial (MÉSZÁROS, 2011, p. 685).

O significado deste setor produtivo para o capital é que consegue “obliterar efetivamente na prática a distinção literalmente vital entre *consumo* e *destruição*”. Esta necessidade surge da própria natureza do capital para realizar sua autoexpansão. A necessidade de legitimar a alocação dos recursos entre as alternativas viáveis e as demandas flutuantes dos consumidores não é mais uma barreira para a fabricação de mercadorias em massa, pois “consegue-se legitimar como dever patriótico absolutamente inquestionável o verdadeiro desperdício ilimitado” e “remove com

sucesso as restrições tradicionais do círculo de consumo definido pelas limitações dos apetites dos consumidores” (MÉSZÁROS, 2011, p. 687-8).

Os economistas políticos nos tempos de Marx tentaram “conjurar a contradição entre produção e consumo” como se estes fossem idênticos. Com o complexo militar-industrial, isto é manipuladoramente realizado no interior de sua estrutura, de modo a “possibilitar a legitimação da oferta real pela ‘demanda’ fictícia” (MÉSZÁROS, 2011, p. 693).

O resultado é que a oferta em questão (não importa quão perdulária, perigosa, indesejável e destrutiva) é forçosamente imposta à sociedade por critérios legais inquestionáveis e se torna a suprema “demanda da Nação”. De fato, ela é verdadeira e efetivamente “mensurada por seu próprio montante”, e protegida, pelo Estado servil, contra as limitações dos mais elementares (mas absolutamente inconvenientes) critérios capitalistas de “contabilidade racional de custos”, graças ao aumento anual de orçamentos militares à prova de inflação, à custa de todos os serviços sociais e das necessidades humanas reais. (MÉSZÁROS, 2011, p. 693-4).

Assim ocorre a criação de uma demanda infinita para o complexo militar-industrial, através do Estado: “o que os economistas políticos só puderam sonhar, agora é implementado com sucesso por decreto do todo-poderoso complexo militar industrial, agindo em uníssono com o Estado capitalista” (MÉSZÁROS, 2011, p. 693).

Dessa forma, o que a análise de Mézáros sobre o complexo militar industrial revela sobre o capital em sua relação com o Estado é a inseparabilidade entre o próprio sistema do capital como um todo e a destruição em geral, aqui incluída a devastação ambiental, também negligenciada por essa alocação de recursos da humanidade.

3.5 A autorreprodução destrutiva do capital

Mézáros expõe no seu *Para além do capital* que em uma determinada fase do capital sua produção se torna inerentemente destrutiva, o que significa que qualquer papel “civilizador” que o capital outrora tenha realizado chegou ao fim, embora isto não implique um abrupto desmoronamento deste sistema sociometabólico, mas um processo que tem início em determinado tempo histórico; seu curso pode ainda se arrastar por um longo período, e até mesmo levar a humanidade à possibilidade de eliminar as condições habitáveis do planeta.

Sua *produção destrutiva* se parece mais com uma tentativa desesperada da forma de sociabilidade capitalista de sobreviver, quando a humanidade poderia ir muito além. Significa uma destruição em larga escala da própria base natural da vida

humana, através das cada vez mais intensas espoliações do que resta do meio ambiente natural; além da destruição direta da própria vida humana, com a exploração cada vez mais cruel da força de trabalho, da própria existência de um complexo industrial-militar como carro-chefe da economia global e da manutenção e ampliação da fome, mesmo após mais de um século de agricultura industrial, capaz de produzir alimentos em proporções inimagináveis, se comparado ao capitalismo do século XIX.

É importante ter em mente que o capitalismo passou por diversas etapas em seu desenvolvimento, assumindo características diferentes em períodos variados de sua história. Uma das inflexões mencionadas por Mészáros do resgate de Marx sobre o capitalismo é a sua passagem da realização efetiva da “maximização da ‘vida útil das mercadorias’” a um capitalismo em que triunfou a “produção generalizada do desperdício” (MÉSZÁROS, 2011, p. 634).

No período de afirmação de sua plena potência, com a “dupla revolução” ocorrida na Europa, o capitalismo ainda não contava com a predominância de sua verdadeira face perdulária. Era resultado de importantes avanços sociais no campo da otimização e organização do trabalho social, que trouxeram o vislumbre de uma possível superação de escassez e a afirmação da abundância. Isto levou diversos teóricos a observarem apenas os resultados *positivos* da vitória da indústria capitalista.

Como, por exemplo, Charles Babbage, mencionado por Mészáros. Ele destacou as vantagens do maquinário e da manufatura capitalistas, enfatizando a vantagem que ele julgou mais importante: a da “economia de tempo humano”. Entretanto, destaca Mészáros, por enxergar apenas o lado positivo da indústria, Babbage não atentou para “as implicações destrutivas da *tiranía* capitalista *do tempo (mínimo)* necessário para a produção, ao qual todas as outras considerações devem ser subordinadas”. Trata-se da tendência da “quantificação universal”, colocada em prática pelo capitalismo ao assumir o domínio do metabolismo humano com a natureza (MÉSZÁROS, 2011, p. 635).

Babbage destacava a capacidade de reciclar utensílios para diversas formas de reutilização industrial, além de defender a exploração produtiva de energia das marés já na década de 1830 (MÉSZÁROS, 2011). Mas o capital e sua persecução da autovalorização infinita como lei objetiva não podiam nem podem incorporar as boas intenções dos defensores de uma “parte boa” da indústria capitalista.

Novamente se menciona a síntese de Mészáros sobre todas as possíveis formas de sistema do capital:

A mais elevada extração praticável do trabalho excedente por um poder de controle separado, em um processo de trabalho conduzido com base na subordinação estrutural hierárquica do trabalho aos imperativos materiais de produção orientada para a acumulação – “valor sustentando-se a si mesmo” (Marx) – e para a contínua reprodução ampliada da riqueza acumulada. (MÉSZÁROS, 2011, p. 781).

Esta síntese oferece a possibilidade de ser dividida em diversos segmentos para melhor elucidar tal definição, algo realizado por Mészáros em seu *Para além do capital*. Para nós interessa, sobretudo, sua conclusão: que o sistema do capital é orientado para uma espécie de acumulação de capital que possui força *imperativa* na direção desta *orientação*.

O capital em si “rompeu as restrições do valor de uso e da necessidade humana”, seguindo apenas o “rumo inexorável de sua própria expansão (sem preocupação com as consequências)”. Ocorre isso com este sistema metabólico social porque ele “é construído sobre a contradição insolúvel entre valor de uso e valor de troca, estipulando a necessária e, em última análise, *destrutiva* subordinação do primeiro ao segundo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 251/688).

Isto tem consequências aterrorizantes para a possibilidade de proteção do meio ambiente sob o modo de produção do capital, pois seu caráter peculiar o coloca em profunda contradição com aquela. Sempre que o capital precisou optar pela execução de uma atividade produtiva que destrua algum ecossistema único, mas por outro lado traga benefícios produtivos, optou por sua própria sobrevivência como senhor do metabolismo social, como revela toda a história do século XX.

Para Mészáros, uma contradição básica do sistema capitalista é

que ele não pode separar “avanço” de *destruição*, nem “progresso” de *desperdício* – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais ele libera os poderes da destruição; e quanto mais dilata o volume da produção, tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiantes. (MÉSZÁROS, 2011, p. 1.009-10).

O que significa que

A degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua autorreprodução numa escala cada vez maior. (MÉSZÁROS, 2011, p. 252).

Esta análise serve para o modo de produção do capital como um todo, a partir do momento que se torna senhor do metabolismo social, sobretudo após a “dupla revolução”. Contudo, há sintomas de piora na análise de seu desenvolvimento desde

então, em ritmo, escala e intensidade com um marcado ponto de inflexão no século XX. Ocorre agora que suas possibilidades de executar transformações no meio ambiente natural atingiram sua esfera mais global possível, e que este é o século que flagra imensas dificuldades de dar continuidade à sua reprodução ampliada.

Dá-se a passagem do sistema do capital a um tipo de crise em sua estrutura de funcionamento. Mézáros resgata o conceito de Marx de *crise estrutural* para identificar a crise que se inicia no fim da década de 1960 e início da década de 1970. Este é o ponto de inflexão mais decisivo no que compete à sua história como modo de produção, pois revela a chegada a um patamar de crise que envolve a totalidade de sua estrutura (MÉSZÁROS, 2011).

É fato que o capital sempre teve crises de intensidade e duração variadas, as chamadas crises cíclicas. Tais momentos, ao contrário de significar um problema iminente, muitas vezes eram superados com patamares produtivos nunca antes imaginados. As crises eram usadas como “maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação”. Isto ocorreu durante uma boa parte da história do capitalismo (MÉSZÁROS, 2011, p. 795).

O que defende Mézáros é que a crise do capital que enfrentamos hoje é “fundamentalmente uma crise estrutural” do sistema metabólico social. Mas o que isto significa?

Em primeiro lugar, significa que ela possui a “novidade histórica” de emanar da totalidade das esferas do sistema do capital. Seu caráter é tanto *universal*, do ponto de vista dos ramos e setores produtivos, quanto *global*, no que concerne aos países afetados por suas manifestações. Além do que, ela pode se prolongar por um período muito longo. Mézáros destaca que pode ser entendida até mesmo como uma crise “permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795-6).

Para apreender a diferença fundamental na forma como o capital consegue lidar com esta nova circunstância, é necessário ter em mente que uma crise estrutural

Afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. (MÉSZÁROS, 2011, p. 796-7).

Esta amplitude da crise do sistema metabólico social do capital obviamente o coloca em xeque, e devido seu caráter estrutural, enseja mudanças igualmente estruturais, que alterem o sistema como um todo e não apenas que atenuem seus efeitos sem atacar sua causa socioeconômica.

Uma última ressalva que deve ser feita a esta breve menção ao conceito de crise estrutural em Mézáros é que, apesar de consistir num “bloqueio sistemático das partes constituintes vitais” do sistema do capital, não é possível interpretá-la como uma crise que se pareça com um “dia de um juízo final”, com “condições *absolutas*” que chegarão fatalmente. A ideia, na verdade, é que a crise estrutural “pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema”.

Isso significa, com efeito, que o sistema do capital conta agora com uma perigosa “crise de dominação em geral”, na qual a perseguição de sua própria autoexpansão “encontra seu obstáculo nas necessidades humanas” mais elementares. Pois “o capital não pode ter outro objetivo que não seja sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar” (MÉSZÁROS, 2011, p. 799-801).

O capital, sempre que pôde, transformou o problema da destruição do meio ambiente em meio para adquirir maior legitimidade. Esta reflexão ganha corpo se pensarmos no conceito de *desenvolvimento sustentável*, por exemplo, que desde a Rio-92 até hoje incorpora a retórica de interesses convergentes da humanidade em prol da natureza, mas na verdade, nas circunstâncias de hoje, não passa de uma forma de os capitalistas fazerem passar seus interesses espoliadores para a humanidade sob um olhar velado, escondendo a aceitação desta ordem social. Com frequência, os capitalistas encontram artifícios teóricos e midiáticos para defender o contrário do efeito real de sua prática produtiva.

O capital pôde por muito tempo ser de fato o melhor sistema social possível para a humanidade. Em alguma medida, as necessidades da humanidade eram atendidas – apesar de que de forma desigual – como um dos efeitos do êxito do capital em sua reprodução ampliada, por mais que este não tenha sido nunca seu objetivo primário. Até a década de 1970, a produção capitalista era “genuinamente orientada”, ou “orientada-para-o-consumo”; a partir de então, observa-se a mudança estrutural em direção a um “consumo destrutivo”, quando “consumo e destruição vêm a ser equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de ‘realização’ capitalista” (MÉSZÁROS, 2011, p. 678-9). Apesar das inúmeras práticas produtivas

que destruíram muito do ser natural realizadas no período do século XIX até a década de 1970, a produtividade global elevou-se, ampliando-se também o número de pessoas com acesso ao produto da otimização da produção global da indústria.

Sob determinadas circunstâncias, a autorreprodução ampliada do capital e a produção genuína podem coincidir num sentido positivo [...]. Entretanto, as condições necessárias para a produção genuína, e aquelas da autorreprodução ampliada do capital, não só não precisam sempre coincidir como, pelo contrário, podem mesmo se opor diametralmente. (MÉSZÁROS, 2011, p. 699).

Após a década de 1970, sob a crise estrutural do capital, ocorre o que Mézáros chamou de *autorreprodução*²⁸ *destrutiva* do capital:

A *disjunção radical* entre produção genuína e autorreprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro. Ou seja, as barreiras para a produção capitalista são, hoje, suplantadas pelo próprio capital de uma forma que assegura inevitavelmente sua própria reprodução [...] como *autorreprodução destrutiva*, em oposição à *produção genuína*. (MÉSZÁROS, 2011, p. 699).

Existem diversos fatores no interior do ser do capital que se apresentam como um problema gritante num contexto de crise estrutural. A eles Mézáros chamou de *limites absolutos do capital*²⁹. O autor chega a mencionar que a devastação das nossas “condições de reprodução metabólica social” é o pior deles.

Mézáros comenta que até certa etapa do desenvolvimento histórico do capital, o crescimento da escala de operação do capital, com a usurpação do meio natural, serviu como forma de deslocar suas contradições, postergando a explosão de seus problemas essenciais. Entretanto,

Além de certo ponto, de nada adianta um aumento maior dessa escala e a usurpação da totalidade dos recursos renováveis e não renováveis que o acompanha, mas, ao contrário, ele aprofunda os problemas implícitos e se torna *contraproducente*. (MÉSZÁROS, 2011, p. 257).

O que aconteceu com este sistema metabólico social, para Mézáros, foi a *consumação de sua ascendência histórica*, saltando à vista seu caráter contraproducente, porquanto se começa a sentir os sintomas de sua crise estrutural. O sistema do capital teve um longo período de ascendência. Desde quando emerge no século XV e XVI, passou por transmutações diversas em seu desenvolvimento

²⁸ Mézáros alerta para a distinção entre a *produção* mesma e a *autorreprodução*, pois nesse ponto de vista é de fundamental importância compreender que a produção destrutiva do capital é uma autorreprodução, antes de ser uma produção em si. Para Mézáros, “o capital não está, em absoluto, preocupado com a produção em si, mas somente com a *autorreprodução*. Do mesmo modo, o ‘irresistível impulso para a universalidade’ do capital só tende à expansão global de sua autorreprodução, em oposição aos interesses da produção humanamente significativa e compensadora” (MÉSZÁROS, 2011, p. 698).

²⁹ O capital transnacional e os Estados nacionais; a eliminação das condições de reprodução sociometabólica; a liberação das mulheres; o desemprego crônico.

histórico, chegando a um patamar que demonstra elementos de encerramento de seu ciclo histórico.

Uma das contradições mais básicas e potencialmente explosivas dessa ordem social tem como consequência a forma como ele precisa lidar com o meio ambiente: a contradição entre a “socialização da produção (em direção à plena globalização)” e o seu “controle hierárquico restritivo por diferentes personificações do capital” é o que leva o sistema do capital a extrapolar os limites naturais e a atingir diretamente as *condições elementares da reprodução sociometabólica* como uma consequência inevitável (MÉSZÁROS, 2011, p. 256).

Por esse motivo,

uma reestruturação radical do modo prevaiente de intercâmbio e controle humano é o pré-requisito necessário a um controle efetivo das forças da natureza, que são postas em movimento de forma cega e fatalmente autodestrutiva precisamente em virtude do modo prevaiente. (MÉSZÁROS, 2011, p. 988-9).

Não há como superar tal estado de coisas sem saltar desta ordem social para outra, alternativa, em que sua própria base seja a impossibilidade de reproduzir outro tipo de ordem antagônica, destruidora das potencialidades humanas, mas ao contrário, que consiga absorver a capacidade produtiva que a humanidade desenvolveu em tantos milênios de evolução social no interior desta espécie biológica³⁰.

Seguindo o resgate de Mézáros do pensamento de Marx e complementando com os mais recentes desenvolvimentos históricos do capital, essa alternativa ao sistema do capital deve constituir uma “articulação da *democracia substantiva*, definida como atividade autodeterminada dos produtores associados, tanto na política como na produção material e cultural” (MÉSZÁROS, 2011, p. 848).

É por isso que se torna tão necessário o resgate do trabalho como o fundamento do ser social pensado por Marx, pois, se se quer alterar efetivamente a ordem social, é nele que deve ocorrer a alteração fundamental. É a base econômica da sociedade que precisa ser alterada, juntamente com a política e a cultura.

Os desfiladeiros políticos que aparecem como formas de o capital receptionar pequenas alterações sem alterar a essência do metabolismo social, sem alterar o trabalho, são, sob este ponto de vista, tentativas de o capital postergar seus problemas mais gritantes e forjar uma aceitação da sua ordem social.

³⁰ Aqui é interessante recordar o conteúdo da nota 13, sobre o trabalho ser o único meio de alteração da ordem social que carrega a potencialidade de *autoextinguir* a própria dominação instituída.

Isto acontece porque o capital está no “controle *real* de todos os aspectos vitais do sociometabolismo”, e por isso

pode se dar ao luxo de definir a esfera de legitimação política como questão estritamente formal, eliminando desse modo, *a priori*, a possibilidade de ser legitimamente contestado em sua esfera de ação *substantiva*. Ao se dobrar a tais determinações, o trabalho, como *real* antagonista do capital existente, pode apenas condenar-se à permanente impotência. (MÉSZÁROS, 2011, p. 848-9).

Esta ação *substantiva* deve ser a dos produtores livres associados. A classe do trabalho deve se desvencilhar de suas amarras, pois, como disse Marx no *Manifesto*, a classe trabalhadora nada tem a perder exceto seus grilhões. Em verdade, tem o mundo a ganhar.

Se houver alguma esperança de eliminar o algoz do mundo natural – o sistema do capital –, certamente será pela via da superação desta forma de sociabilidade e pela instituição de uma igualdade substantiva, para só então se achar no controle real dos processos vitais. Até lá, sob o modo de produção capitalista em sua crise estrutural, resta apenas a intensificação de sua contradição mais urgente: a destruição de todos os aspectos do ser natural por uma causa socioeconômica, desde seu aspecto orgânico-inorgânico, pela degradação, ao próprio aspecto social, pela manutenção de um sistema de produção em seu estágio mais *contraproducente*.

A produção do capital só pode ser uma autorreprodução destrutiva nos marcos da sua crise estrutural; tampouco pode concentrar na produção em si, pois esta tem sérios problemas estruturais para dar continuidade à autovalorização de capital. Por conta deste bloqueio fundamental, o sistema do capital precisa desconsiderar cada vez mais as necessidades reais da humanidade, como a devastação ambiental, a fim de perseguir a expansão do valor de troca em detrimento do valor de uso. Dessa maneira, ele assume uma forma em que se autorreproduzir é necessariamente, também, expandir a devastação do meio ambiente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos ecológicos ecocentristas têm algumas limitações fundamentais que marcam seus pressupostos teóricos: ao entender a natureza como em um estado de equilíbrio, ou até mesmo sobreposta à sociedade, de forma que a humanidade deveria se subordinar completamente às leis da natureza; ao formular uma relação da humanidade contra a natureza, como opostas e como se não houvesse cisões fundamentais no interior da humanidade que marcam decisivamente sua relação com a natureza; ao extrair das suas formulações teóricas soluções que não passam de uma integração à ordem do capital, constituindo-se como uma força teórico-política que parte de pressupostos distintos dos de Marx, consolidando um conjunto de soluções também muito distintos do legado originalmente marxiano.

Marx não estudou especificamente a relação direta da produção capitalista e seu efeito de destruição sobre o mundo natural, contudo, desvendou as leis que regem as relações de produção na sociedade burguesa, a capitalista. Ele descobriu uma relação social que adquire um poder onipotente nesta sociedade. Por esse motivo, seu legado teórico é imprescindível para compreender a causalidade que põe tais efeitos destrutivos.

Marx também desvendou o conteúdo necessário de uma superação prática do travamento das potencialidades humanas mais genuínas que o capitalismo engendra, ressaltando a necessidade e a possibilidade de uma revolução social que o supera e abre caminhos para a constituição de uma sociedade emancipada do capital, como obra dos próprios trabalhadores.

As medidas políticas concebidas pelo capital através do Estado para proteger as florestas ou evitar exageros na utilização de recursos naturais não fogem às necessidades históricas prioritárias deste sistema sociometabólico. Pelo contrário, é resultado de um de seus movimentos fundamentais para descobrir novas fontes de lucros que lhe dão uma sobrevida, sobretudo no contexto que se abre a partir de sua fase imperialista. Esta ressalva conclusiva é muito importante para situar a emergência do movimento ecologista ecocentrista que procura integrar as demandas da preservação da natureza a um mundo capitalista.

Por conta de o capital possuir como lei imanente de seu funcionamento um *impulso expansionista*, qualquer mudança deve ocorrer sob esta determinação histórica, já que se trata de um *incorrigível* impulso expansionista cego (MÉSZÁROS,

2011), o que o torna absolutamente incompatível com a necessidade de restrição da devastação ambiental na escala global.

O relatório *Limites do Crescimento* teve o significado histórico de forçar as pessoas a encararem a *dimensão mundial* da problemática ambiental (MÉSZÁROS, 2011). Sua função social revela tanto um pano de fundo de devastações ambientais acumuladas, inevitáveis até mesmo pelos capitalistas, quanto um esforço global na tentativa de salvar o sistema do capital sob um consenso em torno de melhorias no seu funcionamento. Desconsidera, entretanto, que o modo de funcionamento do capital é incompatível com *restrições* e *limites* à sua autovalorização.

Já com o relatório Brundtland (conhecido como O Nosso Futuro Comum), é marcada a abertura da passagem a um consenso social que advoga a incorporação de uma retórica ambientalista a todos os setores. Ao assumir a responsabilidade de todos sobre os problemas ambientais do mundo, resumida no significado que o conceito de desenvolvimento sustentável, isenta por completo o capitalismo, como modo de produção global, de ser a causa socioeconômica subjacente aos problemas ambientais.

Para buscar entender o capital mais profundamente, expusemos o fundamento do ser social, de acordo com o legado de Marx.

Vimos que, segundo Marx, o trabalho *medeia, regula e controla* o metabolismo humano com a natureza, transformando seus elementos em produtos úteis a partir de uma atividade prática e incorporando novas necessidades e possibilidades. Uma das características inerentes ao trabalho é estabelecer atos teleologicamente orientados de acordo com o desenvolvimento histórico-concreto; em suma, de acordo com as relações de produção específicas em cada momento histórico.

Também observamos que com o desenvolvimento do trabalho, os seres humanos desenvolvem formas sociais de organização, como, por exemplo, as classes sociais, que dividem a humanidade em dois grandes grupos de indivíduos socialmente determinados, antagônicos entre si: uns, que produzem a riqueza, e outros, que são proprietários dos meios de produção e se apropriam da maior parte da riqueza produzida. Estas classes são um passo adiante na história da humanidade, mas a partir do capitalismo, com a passagem à abundância fornecida pela indústria capitalista, abre-se caminho para sua superação, com a classe proletária, a primeira na história a carregar tal possibilidade consigo: de emancipação da humanidade de toda e qualquer exploração de um grupo de indivíduos sobre outro.

O Estado surge como expressão deste antagonismo social, para tornar possível o desenvolvimento da sociedade. Em cada momento histórico ele assume uma forma que corresponde à expressão daquele antagonismo de classe específico. Assim também ocorre na sociabilidade capitalista. Sua função social de ser *complementar* ao sistema do capital o marca decisivamente. Isto desvela o movimento ecológico que procura atuar no interior deste, como partícipe da tentativa de humanizar um sistema social que revela de todas as formas ser inseparável de uma produção destrutiva.

A análise de Mészáros sobre o complexo militar industrial, por exemplo, revela com evidência histórico-concreta – com base em sua própria existência e tamanho no atual sistema do capital – que este sistema social é cada vez mais marcado pela inseparabilidade entre sua autorreprodução como um todo e a destruição em geral, aqui incluída a devastação ambiental, também negligenciada por conta dessa alocação de recursos da humanidade.

Sua autorreprodução destrutiva enseja uma alteração que lance mão de toda a potência das forças produtivas humanas desenvolvidas, já que o melhor que esta forma de sociabilidade pode oferecer nas atuais circunstâncias é a coexistência entre superabundância e devastação ambiental, desdenhando a capacidade real de satisfazer as necessidades sociais de toda a humanidade, após superar centenas de vezes os patamares produtivos da Revolução Industrial.

Da impossibilidade de este sistema social incorporar a humanidade como um todo num grande esforço coletivo para superar tanto a exploração do homem pelo homem, como a espoliação do mundo natural, brota a necessária afirmação da possibilidade e necessidade da igualdade substantiva entre os homens.

De acordo com Mészáros:

O maior desafio do desenvolvimento sustentável, que agora devemos enfrentar, não pode ser devidamente tratado sem a remoção dos constrangimentos paralisantes de caráter adverso do nosso sistema de reprodução. Esta é a razão por que não pode ser evitada a questão da igualdade substantiva no nosso tempo como o foi no passado. Por sustentabilidade significamos o estar realmente no controle dos processos culturais, econômicos e sociais vitais através dos quais os seres humanos não só sobrevivem, mas também podem encontrar satisfação, de acordo com os objetivos que colocam a si mesmos, em vez de estarem à mercê de imprevisíveis forças naturais e quase naturais determinações socioeconômicas. A ordem social existente é edificada no antagonismo estrutural entre o capital e o trabalho, requerendo, portanto, o exercício de um controle externo sobre todas as forças insubmissas. (MÉSZÁROS, 2005, s/p).

O filósofo húngaro ressaltou a necessidade de uma igualdade substantiva para superar o problema social fundamental da atualidade: a ordem capitalista. Ele escreveu em setembro de 2016, um ano antes de morrer (aos 87 anos em 2017), seu penúltimo texto publicado: *Da igualdade primitiva à igualdade substantiva – via escravidão* (MÉSZÁROS, 2016). Enfatiza esta linha histórica em que a igualdade sempre se afirmou como potência humana, mas que, para saltar de sua forma primitiva, ainda sob a base da escassez, em direção a uma igualdade substantiva, precisou (e ainda precisa) passar pelo tortuoso período histórico de alguns milênios de predominância da exploração do homem pelo homem, e agora, sob sua forma capitalista.

Também enfatizou a questão ambiental no seu último texto publicado³¹:

Naturalmente, a incompatibilidade ecológica do capital com as demandas de uma existência historicamente sustentável vai muito além do que alguns incontestáveis fenômenos não mais erradicáveis que marcam uma nova era geológica, mesmo que este ritmo de crescimento possa ser reduzido ou parado completamente. À vasta abrangência dos danos ecológicos, temos de adicionar, entre outras, não apenas a poluição química e a erosão do solo, mas também – o que é frequentemente discutido em conferências como “aquecimento global” – o crescimento da acidificação dos oceanos, assim como a grave perturbação da biodiversidade e o tratamento irresponsável dos resíduos nucleares a serviço do lucro. A agravante condição de produção destrutiva, no interesse de manter as metas de crescimento incontroladas e a lucratividade inconstante, é rigorosamente conectada à hostilidade do capital à sustentabilidade ecológica. Assim como, também, neste domínio inevitável dos dolorosos pontos de evidência do fechamento do ciclo histórico do capital. Um fechamento irreversível por conta do sistema do capital, devido a suas determinações estruturais mais íntimas, não pode remediar qualquer dos perigosos desenvolvimentos identificados, mesmo se tentar derivá-los em lucro em alguns casos, como, por exemplo, a grotescamente propagandeada “taxa de carbono” como solução, reivindicada como solução para o aquecimento global. (MÉSZÁROS, 2017, s/p).

Resta saber se teremos a clareza e a coragem necessárias para realizar a revolução social e se poderemos retroalimentá-la na direção da construção de uma ordem social controlada pelos produtores associados, tendo por meta uma *igualdade substantiva*.

³¹ Estes dois últimos textos publicados por Mézszáros, aqui referidos, são partes da obra a que se dedicou nos últimos anos de sua vida, sobre a questão do Estado, *Beyond Leviathan* (Para além do Leviatã), que não pôde ser concluído devido à fatalidade de sua morte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. *Passagens da antiguidade para o feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BERNARDO, J. *O movimento ecológico é hoje o inimigo oculto*, 1979. Disponível em: <https://comunism0.wordpress.com/o-movimento-ecologico-e-hoje-o-inimigo-oculto/>
Acesso em: 28/8/2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Agenda 21*. Brasília: 1995.

CAPRA, F. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 2012.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.

Nosso Futuro Comum, 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf> Acesso em: 7/6/2018.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, 2004. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>
Acesso em: 30/3/2018.

FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. Metodología materialista para el análisis social. In: *Cuaderno de Extensión nº 2*. Montevideo: Extensión del Universidad de la Republica, 1990.

_____. Una Tipología del Pensamiento Ambientalista. In: *Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*. Guillermo Foladori y Naína Pierri (Org.). Universidade Autônoma de Zacatecas, Migeul Angel Porrúa, México, 2005.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Marx and the Rift in the Universal Metabolism of Nature. *Monthly Review*, New York, vol. 65, n. 7 (dec.), 2013.

_____. The Anthropocene Crisis. *Monthly Review*, New York, vol. 68, issue 4 (set), 2016.

_____. *The vulnerable planet: a short economic history of the environment*. New York: Monthly Review Press, 1999.

GOULD, S. J. “O que é vida?” como um problema histórico. In: MURPHY, M. P. e O’NEIL, L. A. J. (Orgs.). “O que é vida?” 50 anos depois: especulações sobre o futuro da biologia. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

HILL, C. *A revolução inglesa de 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

HOBBSAWM, E. *A revolução francesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Era das revoluções 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LASKI, H. J. *O liberalismo europeu*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973.

LESSA, S. Movimento ecológico e capital. *Jornal Espaço Socialista*. São Paulo, n. 90, 2016.

_____. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, S. e TONET, I. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Revista Temas*, São Paulo, v. 1, p. 1-18, 1979.

_____. Tecnología e relaciones sociales. In: BUJARIN, N. I. *Teoría del materialismo histórico*. Madrid: Sigle Veintiuno, 1974.

MARQUES, L. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social. Por um prussiano"*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Vol. 1, t. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Vol. 1, t. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I. *O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva*, 2005. Disponível em: <https://resistir.info/mreview/desenvolvimento_sustentavel.html>. Acesso em: 30/3/2018.

_____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. From primitive to substantive equality – via Slavery. *Montly Review*, New York, vol. 68, n. 4 (set), 2016.

_____. Capital's Historic Circle Is Closing. *Monthly Review*, New York, vol. 69, n. 7, 2017.

MOTA, A. E. e SILVA, M. das G. A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2009, p. 37-50.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. e BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, L. D. Da Rio-92 à rio +20: um breve balanço de duas décadas. *Revista Geonorte*, Manaus, v. 7, n. 1, 2013, p. 420-433.

PARKER, S. *Evolution: the whole story*. New York: Firefly, 2015.

PONTING, C. *Uma história verde do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, M. das G. e. *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável*. São Paulo, Cortez, 2010.

STRINGER, C. e ANDREWS, P. *The complete world of human evolution*. New York: Thames e Hudson, 2005.

TONET, I. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

